

Novo Governador a caminho da Guiné

Um novo governador a caminho da Guiné. O nome é António de Spínola. O general português foi nomeado governador da Guiné em 1973, substituindo o general António de Spínola. O novo governador é o general António de Spínola. O general António de Spínola é o novo governador da Guiné. O general António de Spínola é o novo governador da Guiné.

Reflexão de outubro: desigualdades sociais

Um novo governador a caminho da Guiné. O nome é António de Spínola. O general português foi nomeado governador da Guiné em 1973, substituindo o general António de Spínola. O novo governador é o general António de Spínola. O general António de Spínola é o novo governador da Guiné. O general António de Spínola é o novo governador da Guiné.

União Europeia da D. C. em Lisboa

Um novo governador a caminho da Guiné. O nome é António de Spínola. O general português foi nomeado governador da Guiné em 1973, substituindo o general António de Spínola. O novo governador é o general António de Spínola. O general António de Spínola é o novo governador da Guiné. O general António de Spínola é o novo governador da Guiné.

"Liberar" recebidos por António de Spínola

Um novo governador a caminho da Guiné. O nome é António de Spínola. O general português foi nomeado governador da Guiné em 1973, substituindo o general António de Spínola. O novo governador é o general António de Spínola. O general António de Spínola é o novo governador da Guiné. O general António de Spínola é o novo governador da Guiné.

Silva Sebastião em Moçambique

Um novo governador a caminho da Guiné. O nome é António de Spínola. O general português foi nomeado governador da Guiné em 1973, substituindo o general António de Spínola. O novo governador é o general António de Spínola. O general António de Spínola é o novo governador da Guiné. O general António de Spínola é o novo governador da Guiné.

Azêdo Pereira em choque com empresários da Gulbenkian

Um novo governador a caminho da Guiné. O nome é António de Spínola. O general português foi nomeado governador da Guiné em 1973, substituindo o general António de Spínola. O novo governador é o general António de Spínola. O general António de Spínola é o novo governador da Guiné. O general António de Spínola é o novo governador da Guiné.

Pretos e brancos são povo de Angola

—declaram ao "EXPRESSO" Agostinho Neto

Agostinho Neto, primeiro-ministro de Angola, declarou ao "Expresso" que os negros e brancos são o povo de Angola. Ele afirmou que a luta pela libertação de Angola não é uma luta racial, mas sim uma luta pela liberdade e pela justiça social. Neto afirmou que a luta pela libertação de Angola não é uma luta racial, mas sim uma luta pela liberdade e pela justiça social.

Agostinho Neto, primeiro-ministro de Angola, declarou ao "Expresso" que os negros e brancos são o povo de Angola. Ele afirmou que a luta pela libertação de Angola não é uma luta racial, mas sim uma luta pela liberdade e pela justiça social. Neto afirmou que a luta pela libertação de Angola não é uma luta racial, mas sim uma luta pela liberdade e pela justiça social.

Agostinho Neto, primeiro-ministro de Angola, declarou ao "Expresso" que os negros e brancos são o povo de Angola. Ele afirmou que a luta pela libertação de Angola não é uma luta racial, mas sim uma luta pela liberdade e pela justiça social. Neto afirmou que a luta pela libertação de Angola não é uma luta racial, mas sim uma luta pela liberdade e pela justiça social.

Agostinho Neto, primeiro-ministro de Angola, declarou ao "Expresso" que os negros e brancos são o povo de Angola. Ele afirmou que a luta pela libertação de Angola não é uma luta racial, mas sim uma luta pela liberdade e pela justiça social. Neto afirmou que a luta pela libertação de Angola não é uma luta racial, mas sim uma luta pela liberdade e pela justiça social.

Agostinho Neto, primeiro-ministro de Angola, declarou ao "Expresso" que os negros e brancos são o povo de Angola. Ele afirmou que a luta pela libertação de Angola não é uma luta racial, mas sim uma luta pela liberdade e pela justiça social. Neto afirmou que a luta pela libertação de Angola não é uma luta racial, mas sim uma luta pela liberdade e pela justiça social.



Comunidade portuguesa em "1974" e "25 MAIO" e "25 ANOS".

Política interna externa econômica e social

1974 11 de Maio

Trabalhadores da Informação contra censura interna

Trabalhadores da Informação contra censura interna. Os jornalistas e comunicadores estão a lutar contra a censura interna que impede a liberdade de expressão e a divulgação de informações importantes. Eles afirmam que a censura é uma violação dos direitos fundamentais e que deve ser abolida imediatamente.

Trabalhadores da Informação contra censura interna. Os jornalistas e comunicadores estão a lutar contra a censura interna que impede a liberdade de expressão e a divulgação de informações importantes. Eles afirmam que a censura é uma violação dos direitos fundamentais e que deve ser abolida imediatamente.

Moldes

"Não somos caixote do lixo"

Moldes, "Não somos caixote do lixo". Os moldes são essenciais para a produção industrial e devem ser tratados com respeito e cuidado. Não são apenas peças de metal, mas sim ferramentas que permitem a criação de produtos de qualidade e inovação.

Moldes, "Não somos caixote do lixo". Os moldes são essenciais para a produção industrial e devem ser tratados com respeito e cuidado. Não são apenas peças de metal, mas sim ferramentas que permitem a criação de produtos de qualidade e inovação.

Moldes, "Não somos caixote do lixo". Os moldes são essenciais para a produção industrial e devem ser tratados com respeito e cuidado. Não são apenas peças de metal, mas sim ferramentas que permitem a criação de produtos de qualidade e inovação.

Moldes, "Não somos caixote do lixo". Os moldes são essenciais para a produção industrial e devem ser tratados com respeito e cuidado. Não são apenas peças de metal, mas sim ferramentas que permitem a criação de produtos de qualidade e inovação.

Os portugueses "votam" em Mitterrand

Os portugueses "votam" em Mitterrand. Os portugueses votaram em François Mitterrand nas eleições presidenciais francesas de 1974. Este resultado reflete o apoio popular à esquerda e à mudança política em França.

Os portugueses "votam" em Mitterrand. Os portugueses votaram em François Mitterrand nas eleições presidenciais francesas de 1974. Este resultado reflete o apoio popular à esquerda e à mudança política em França.

Os portugueses "votam" em Mitterrand. Os portugueses votaram em François Mitterrand nas eleições presidenciais francesas de 1974. Este resultado reflete o apoio popular à esquerda e à mudança política em França.

Memomatic Omega

porquê falar com Memomatic Omega

Omega Memomatic

Comemorativa 1974

Omega Memomatic

24 horas

Novo Governador a caminho da Guiné

CONFIRMA-SE a partida para a República da Guiné, dentro em breve, do tenente-coronel Fabião, que irá ocupar o cargo de Governador daquele Estado.

Militar que se prestigia pela sua acção na Guiné durante a nomeação de António de Spínola, de quem era colaborador muito próximo, o tenente-coronel Fabião terá sido designado para o cargo devido à confiança que nele deposita o presidente da Junta de Salvação Nacional e à situação que presentemente se vive em Bissau, de cuja delicadeza têm falado os últimos relatórios militares.

Reflexão de católicos: desigualdades sociais

OM O PATROCÍNIO do Patriarca de Lisboa, decorrerá nos dias 17, 18 e 19 um Encontro de Reflexão a nível das aldeias no caso português.

Jão em sucessivas mesas-redondas o Padre José Adérito Sedas Nunes, Miller Guerra, Justino Teresa Ambrósio, Sídónio Pais, Fernando Gomes da Silva, Francisco Sá Carneiro, Magalhães Mota, Fernando Abreu, Maria de Lurdes Pintassilgo, Alfredo Bruno da Costa, António Sousa Gomes, Mário Pinto, Vítor Wengonovius, Mário Murteira, Carlos Portas, José Torres Campos, Maria Manuela, Silva, Carlos Filipe, Francisco Pereira de Moura, Manuel Lopes.

União Europeia da D. C. em Lisboa

ENCONTRA-SE em Lisboa uma delegação da União Europeia da Democracia chefiada por Karl Joseph Hahn, seu Secretário-Geral Adjunto.

A delegação de cinco membros inclui três representantes da Democracia Cristã Espanhola, um dos quais é Gil Robles.

"Liberais" recebidos por António de Spínola

O PROF. MILLER GUERRA, e os drs. Francisco Sá Carneiro, Francisco Balsemão e Magalhães Mota, elementos proeminentes da ala liberal revelada nos trabalhos da penúltima Legislatura, estiveram ontem, durante toda a tarde, em Belem, onde funciona a nova sede da Junta de Salvação Nacional.

Os antigos deputados tiveram prolongadas entrevistas com o General António de Spínola, por quem o prof. Miller Guerra foi recebido duas vezes.

Estes contactos são interpretados pelos observadores como relacionados com diligências de membros da antiga ala liberal no sentido da criação de um partido de centro-esquerda de feição social-democrata.

Silva Sebastião em Moçambique

PARTIU esta madrugada para Moçambique o coronel Silva Sebastião, que até quinta-feira passada exerceu as funções de Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

O coronel Silva Sebastião permanecerá por algum tempo em Moçambique no exercício das suas anteriores funções de Inspector Superior da Administração Ultramarina.

Entretanto, a Junta de Salvação Nacional designou seu delegado na Câmara Municipal de Lisboa, o coronel Gonçalves, da Arma de Engenharia.

Azeredo Perdigão em choque com empregados da Gulbenkian

UM GRUPO de trabalhadores da Fundação Calouste Gulbenkian teve ontem um desagrado com o principal administrador daquela instituição, dr. Azeredo Perdigão, que pretendia interrompê-los quando, no bar do Museu da avenida de Berna, discutiam assuntos relacionados com a sua situação profissional.

Os empregados da Fundação Gulbenkian têm marcada uma reunião para segunda-feira próxima, às 14 horas, no próprio local de trabalho.

Sá-Carneiro, Francisco

“Visto” cortado em Dezembro de 73

Repressão

Francisco Sá Carneiro

VEIO, como se previa, mas discreta, gradual, limitada, apertando lentamente o seu círculo férreo no campo lavrado pela campanha eleitoral.

Foram os novos diplomas a permitir a recusa de matrícula nas faculdades, numa espécie de parga antecipada que desencadeou nos estudantes as reacções previstas. Escolas encerradas, artigos com as forças políticas, escritas partidas, passadas a ser em Lisboa incidentes quase quotidianos, que vão agravando-se em Porto.

No corpo docente também há casos clamorosos, como o pode ver-se pelo do dr. Armando de Castro, (relato) no seu livro recente «Um defeito do pensamento científico».

Após a prisão de alguns activistas do movimento LUAR há numerosos as sucessivas, mas pouco divulgadas, prisões de militantes católicos, conhecidos pelas suas ideias progressistas, mas actuando apenas em movimentos pacíficos de reivindicação social e cívica, alguns dos quais abreviados recentemente pelo Tribunal Pleno de Lisboa.

Já na altura do caso da Capela do Rato se pretendia acorretar rapidamente os católicos à subversão, ligá-los inexoravelmente às bombas.

Foi todo um coro histórico dos exclusivistas do patriotismo a querer exantecá-los no petrounho só porque puseram em causa a guerra no ultramar ao reflectirem sobre a paz.

Quem então ouviu o coro desses bem pensantes ultrajados nas suas posições ultra-conservadoras de cima das quais se habituava a ditar, férreas, a lei e a ordem, antevia pesadas penas para tais católicos.

É certo que por motivo idêntico o Padre Mário está a ser julgado, sofrendo a prisão há lon-

gos meses.

Nem sempre é em vão o incansável proselitismo ultramontano dos proceres dos integristas político-religiosos.

Estamos a assistir ao início de uma nova arremetida.

Por certo outra vez se tentará ligar os católicos inconfornistas, que osuaram até tomar abertamente partido pela oposição democrática, com os agitadores revolucionários e subversivos. É indispensável que de uma vez para sempre abafada se ponha no bojo a exploração política de divergências religiosas, não deixando enredar-se nas malhas das intrigas integristas dos influentes católicos religiosos que não abdicam dessa depravada liderança, continuando a agir como se fossem inquisidores mores e sumos defensores da fé e do império.

Seriam inofensivos os seus ataques, não passaríamos mesmo de grotescos paroxismos de imobilistas que não toleram o avanço, se não tivessem reflexo na liberdade, no bem estar e no sossego de pessoas e de famílias, se não deixassem esse rasto de suspeita que vai levando às prisões, às demissões, aos julgamentos.

É tempo de as autoridades se não deixarem envolver em conflitos e divergências religiosas, mas é também tempo de a Hierarchy fazer ouvir, em todo o País, a sua palavra em defesa de orações — padres e leigos — que se vêm perseguidos por razões petensamente políticas, mas que não são mais do que a capa da intangibilidade integrista.

Ao mesmo tempo que, na Metrópole, aumenta o número de prisões de militantes católicos pacifistas vemos, em Moçambique, a libertação de numerosos detidos por suspeita de ligações com os terroristas, depois da amnistia cujo comentário aqui

nos foi calado.

Adensa-se o ambiente em Lisboa, onde crescem tensões e inquietações. Mas o resto do País nem se apercebe disso, privado de informação e preocupado com o abastecimento de tudo.

Aproxima-se o Natal. Mas há, antes, a visita de Kissinger, que tem de decorrer sem sobressaltos, sem manifestações, sem provas de hostilidade, sob E.U.A. em ambas as mãos, progressista, mas não U.S.A. e suas, americana.

Quem sabe onde levam os preparativos de tal visita?

Celebram-se, entretanto, no estrangeiro os vinte e cinco anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem. O aniversário, como os Direitos, não enraizou entre nós.

Ao mesmo tempo a Administração Internacional denuncia o aumento do emprego da sistemática violência sobre prisioneiros e a existência de escolas de tortura. Da leitura dos jornais portugueses ficamos sem saber porquê desses horrores quotidianos que parecem já não impressionar ninguém e que não impedem os países que os praticam de serem por certo membros da O.N.U. e de fazerem profissão de fé na sua Declaração, velha de vinte e cinco anos.

A melhor celebração desse importante aniversário seria a exigência de que todos os membros da Organização com ela conformassem as suas leis e a prática do seu agir quotidiano.

Mas, ao invés, vemos posta de parte a inicial exigência e acolhidos como membros todos os regimes, mesmo os mais despóticos, os mais racistas, os mais desumanos.

No Mercado Comum parece esboçar-se evolução paralela, mediante um estrecho alargamento do conceito de democracia e de

liberdade, que levará a abrir as suas portas aos autoritarismos mediterrânicos.

Por cá se vai também trazendo com tudo um pouco. Em nome da eficácia, da evolução internacional, dos exemplos alheios vemos muito boá gente mudando de campo, ao mesmo tempo que a que não muda vai sentindo a repressão.

Por isso, esta esperança a torna facilitada.

Sentindo próximos os antigos amigos das novas vítimas, move-se à vontade, instala-se com vagar.

Al está um dos maiores males dessa transigência quanto aos princípios em nome da eficácia prática:

Cosco, coerente, incapaz de sacrificar princípios, um grupo pode ter um grande valor moral, mesmo quando privado de meios de actuação e de influência directa.

Representa uma força que se impõe apesar de desarmada, cosca o respeito mesmo dos seus adversários.

Não assim quando começa a debandada, quando as várias eficácias são trocadas pelos princípios.

Não há dívida que somos um povo conformista. A emigração ainda é o nosso grito de revolta mais vibrante. Isso aparte vamos aceitando tudo, e procurando no verbalismo dos colóquios a paz da boa consciência de que não podemos prescindir.

Mas quando a repressão se torna mais activa e próxima não pode deixar de sentir a sua parte de responsabilidade quem está do mesmo lado de que ela vem.

Os que se encontram do lado oposto pouco mais odem do que experimentar a sua solidariedade com as vítimas, mas estão, também nisso, em grande vantagem sobre os partidários da colaboração.

Pretos e brancos são povo de Angola

— declara ao "EXPRESSO" Agostinho Neto

«QUANDO se fere uma pacassa é necessário abatê-la, tirá-la do terreno e enterrá-la para que não empeste todo o ambiente. É um ditado da minha terra que se aplica, agora, ao fascismo que acaba de ser derrubado, em Portugal.

Estas palavras são do dr. Agostinho Neto, que trocou a medicina estudada entre nós, depois de haver conhecido por duas vezes os cárceres da PIDE, para se dedicar, de armas na mão, à sua causa de libertação do povo angolano. Pronunciou-as no 1.º de Maio, em Londres, numa reunião de portugueses, a maioria exilados, por entre aplausos, vivas e gritos de vitória.

Agostinho Neto acompanhado da mulher, com o cravo vermelho na lapela, exprimindo-se num português correcto, fácil e

«É com intensa alegria que vejo aqui reunidos tantos portugueses, desta vez em ambiente de euforia. Tenho-os encontrado noutros lugares: na Bélgica, no Canadá e por aí fora. Todos nós temos estado a comer o pão amargo do exílio, com os nossos povos ocupados por regime fascista e colonialista. O sangue dos soldados de Portugal e o sangue dos soldados de Angola como que se misturam em contradição trágica e dramática para criar a libertação dos dois povos. O vasso parece que já está libertado.»

Foi em Londres que o EXPRESSO, por intermédio do seu enviado especial, veio encontrar o dr. Agostinho Neto, líder da principal organização de guerrilheiros de Angola. Recebeu-nos com afabilidade e dispôs-se a conversar conosco sobre problemas que nós afixamos. Da principal troca de impressões resultou uma conversa gravada que passamos a transcrever na íntegra. Ispitimos na expressão «na íntegra», porque na entrevista há silêncios e meias palavras que significam mundos de possibilidades na exploração de caminhos conducentes ao fecho de uma guerra que dura há treze anos. Oustias houve em que jogámos ao gato e ao rato e só não foi possível um maior esclarecimento, porque o seu anfitrião, Lord Gifford, presidente da Comissão para Ajuda aos Movimentos Africanos, nos fazia insistentemente sinal para o relógio já que compromissos insistentes esperavam o nosso interlocutor.

O conteúdo doutrinário do M.P.L.A.

EXPRESSO — Além do cariz patriótico que caracteriza o M.P.L.A., cariz esse traduzido na luta sem tréguas contra a presença governante de Portugal, pode o dr. Agostinho Neto desenvolver-nos o conteúdo ideológico do movimento a que preside?

AGOSTINHO NETO — O nosso movimento, que foi fundado em 1956, tem como fundo ideológico a preocupação de libertar o nosso povo do colonialismo e para isso baseia-se em dois princípios fundamentais: 1.º, que é necessário trabalhar com as massas, que é preciso que as massas populares se movimentem, que elas dêem o seu esforço para a libertação do país.

Em 2.º lugar, pensa responder a duas questões essenciais: Quem é o inimigo e quem é o nosso povo. Quem é o inimigo? Nós pensamos que ele é o imperialismo, que é o neocolonialismo. É o colonialismo.

Quem é o nosso povo? Pensamos que é o operário, o camponês, o pequeno burguês, e o burguês patriota, é a intelectualidade.

Desta maneira nós vamos realizar a nossa política que comporta, portanto, todas as camadas sociais do nosso país, que abraça todos os sectores da vida nacional, a vida da nossa terra e que tem como objectivo fundamental imediato a resolução da contradição que existe entre nós e colonialismo.

EXPRESSO — Podemos afirmar que para além do problema especificamente colonial contra que estão a lutar há já treze anos, o M.P.L.A. tem também um fundo anticapitalista?

AGOSTINHO NETO — É difícil definir o nosso movimento assim, porque as estruturas sociais no nosso país não são simplesmente capitalistas. Os colonizadores portugueses introduziram o capitalismo no nosso país numa fase de evolução da nossa sociedade em que ainda havia o regime do clã ou tribo e em muitas áreas, no interior do país, coexistem as duas formas de organização: capitalismo e tribalismo. É com base nesta realidade que nós pensamos fazer evoluir o país, evoluir a nossa sociedade para uma sociedade mais justa, mais racional, e mais progressista. Não podemos combater já o capitalismo porque em algumas áreas será necessário desenvolver mesmo a sociedade para o capitalismo, porque se nós quiséssemos uma transformação mais rápida do nosso país poderíamos cair em erros graves. Podemos cair numa situação em que o nosso povo não compreenda o que se vai fazer. É preciso que a evolução económica, a evolução material do país, acompanhe a evolução política e ideológica do nosso povo.

O povo angolano quem é?

EXPRESSO — Quando o dr. Agostinho Neto emprega a expressão, «nosso povo», engloba, também, o povo branco que vive em Angola, muito do qual ali nasceu, organizou a sua vida e ali trabalha?

AGOSTINHO NETO — Evidentemente quando eu digo o «nosso povo» são todos os que nasceram em Angola e se consideram angolanos. Quer dizer: os pretos (ouve uma hesitação de voz na palavra pretos, talvez devido à carga sócio-cultural, fruto de dominação que destruiu identidades) que tradicionalmente são considerados africanos e angolanos e os brancos que estão há cinco séculos no nosso continente e no nosso país. Portanto, esse é o nosso povo.

Duas fases de negociações políticas

EXPRESSO — Já antes o dr. Agostinho Neto havia escrito em comunicado que leu, salvo erro pela manhã, na Câmara dos Comuns onde foi recebido:

«Para o M.P.L.A. suscita a existência de uma grande comunidade branca em Angola constitui um problema em si, pois que o nosso movimento é por princípio anti-racista. Disso é prova o facto de que um bom número de brancos militam no M.P.L.A. O Movimento Popular de Libertação de Angola está pronto a dar todas as garantias de continuidade de uma população branca em Angola, desde que, evidentemente, como todos os habitantes do país se submetam às leis e aos supremos interesses do Estado angolano independente.»

Negociações e caminho político

EXPRESSO — O 25 de Abril abriu nova porta em Portugal que torna até possível a publicação desta entrevista, publicação esta antes absolutamente impossível. É neste contexto que tomo a liberdade de lhe fazer algumas perguntas. Acredita na viabilidade de um caminho político que tenha termo à guerra, em Angola, ou será forçosamente resolvida pela força das armas?

AGOSTINHO NETO — Eu acredito que todos os conflitos armados são resolvidos pela política. E se nós estamos a exercer este pressão militar sobre o regime colonial português, é exactamente para obter a solução política que é desejável para nós todos, para que nós cheguemos à independência do nosso país. Não somos guerreiros. Não somos terroristas. Não somos cróis.

EXPRESSO — Permite-me que abra aqui um parêntesis e o asterisco. A KTF, agora com uma Comissão militar a presidir-lhe, emprega antecorém, pela primeira vez, no seu noticiário, a expressão «guerrilheiros nacionalistas angolanos», em vez do tradicional terrorista, locução característica do regime que acaba de ser derrubado.

AGOSTINHO NETO — Ah! bom! Está correcta!... Nós tiramos considerados como terro-

ristas. Nós desejamos, simplesmente, que se modifiquem as relações que existem entre o povo português por um lado e o povo angolano por outro. O povo português é obrigado a manter relações de domínio em relação ao povo angolano. Na realidade, essa dominação aproveita apenas a meia dúzia de famílias em Portugal. E não aproveita, na realidade, aos camponeses, operários e pequenos funcionários do país.

Por isso, para nós seria óptimo que uma solução pacífica, uma solução política, se encontrasse o mais cedo possível, para que estabeleçamos as relações que desejamos. Relações de amizade dentro do respeito mútuo.

O primeiro passo para as negociações

EXPRESSO — Fico claro que o dr. Agostinho Neto encara a possibilidade e a viabilidade de negociações com o Governo Português. Estaria resolvido a dar o primeiro passo, se é que alguém já o não deu?

AGOSTINHO NETO — Esta é uma questão que... O primeiro passo seria possível se as condições estivessem criadas. Até agora não estão. Não estamos bem esclarecidos sobre a posição da Junta. É absolutamente necessário que as coisas estejam claras para nós darmos o primeiro passo, se for necessário. Mas esperamos que não sejam nós, os primeiros, a dá-lo.

EXPRESSO — No caso de negociações, quem lhe parece que seias devia participar. Seriam condições isoladamente ou, em conjunto, por todos os movimentos ao mesmo tempo? Por outras palavras, o M.P.L.A. considerase solidário com a FRELIMO, com o P.A.I.G.C., etc.? Não falamos na UPA, pois Agostinho Neto já nos havia dito que considerava o M.P.L.A. e o dialeto representante do povo angolano e omite por sistema, falar na UPA de Hildes Roberto.

AGOSTINHO NETO — Eu creio que essa é uma questão de processo que nós poderíamos discutir num outro ambiente. Quer dizer: era necessário discutir com os nossos camaradas do P.A.I.G.C. e da FRELIMO,



mas creio que as duas fases são necessárias. Há uma parte que diz respeito a todas as colónias. Há uma parte que diz respeito a cada uma em particular. Portanto, nós podemos, evidentemente, para os problemas gerais falar em conjunto e isso seria ótimo na minha opinião e em particular para resolver os problemas nacionais.

O M.P.L.A. como partido político

EXPRESSO — No caso do caminho político, desejaria fazer-lhe uma pergunta que se me alguma sobressaia importante para ambas as partes: pretende o M.P.L.A. uma independência imediata, sendo intransigente neste ponto, ou estaria disposto a participar num plebiscito cujo objecto seria precisamente a independência ou não, funcionando o M.P.L.A. como partido político dentro de Angola com todas as garantias para salvaguarda das pessoas e respectiva propagação ideológica? Quer dizer: o M.P.L.A. entraria, em Angola, de

direito próprio, uma vez acabado o conflito armado, em igualdade de circunstâncias com os outros movimentos criados ou a criar, fazendo a sua propaganda e esclarecendo as gentes do seu ponto de vista que, em termos de imediatiz, é naturalmente o da independência.

AGOSTINHO NETO — O nosso Movimento preconiza a independência imediata e completa. Mas as questões de processo: como é que se vai chegar a essa independência imediata e completa, nós podemos discutir, desde que o governo, a autoridade portuguesa, assim deseje. Portanto, vamos analisar o problema, até porque eu não posso dar uma resposta antes de o discutir, quer no meu Movimento, quer com os outros Movimentos de Libertação.

EXPRESSO — O que me parece é que, para a consecução de uma independência seria necessário achar imediatamente uma a guerra e depois entrar no jogo dos compromissos. Isto se o governo português declarasse explicitamente admitir a independência. Se bem conseguí ler nas entrelinhas das respostas às mi-



colónias podem passar sem técnicos portugueses...

EXPRESSO — Professores, AGOSTINHO NETO — Professores, etc.

De resto, a experiência histórica de África mostra-nos que as metrópoles antigas sempre mantêm relações preferenciais com as antigas colónias. Eu acho que tudo isso fará com que Angola (é um problema de orientação política), venha a ter relações de amizade, de cooperação, de fraternidade com Portugal, em atmosfera de cordialidade baseada no respeito pela independência e não ingerência nos negócios internos.

Federalismo é neo-colonialismo

— A entrevista com o dr. Agostinho Neto foi relativamente rápida, embora tivéssemos oportunidade de trocar impressões com o líder guerrilheiro antes e depois, e ainda o conseguimos ouvir em resumo como português a que acima fizemos referência. Para já o federalismo é hipótese que absolutamente rejeita. «Não estamos dispostos a fazer concessões que representem uma nova forma de escravidão. Queremos viver no mundo como qualquer outro povo independente e soberano. O nosso povo quer elaborar ele mesmo a sua política e não estar sujeito a nenhuma potência. Se não se fizerem imediatamente opções correctas, o M.P.L.A. tirará a conclusão de que o golpe militar não passa dum simples manobra demagógica com o único objectivo de perpetuar a dominação colonial, embora sob formas ligeiramente diferentes».

Antes havia referido o dr. Agostinho Neto: «Ao longo destes últimos cinco séculos as histórias do povo português e do povo angolano têm estado intimamente ligadas. Mas infelizmente os laços que nos têm unido traduzem relações de exploração, de dependência, de humilhações. Os povos angolanos e das outras colónias portuguesas têm sido vítimas do mais antigo, cruel e obsoleto dos sistemas coloniais do mundo. Milhões de africanos exportados como animais para as Américas, guerras para a captura dos escravos, trabalhos forçados, chicotes, palmas, exploração desenfreada, humilhações sem conta, racismo virulento, guerras coloniais de genocídio e assassínios cobardes dos líderes dos movimentos de libertação têm sido apausado do colonialismo português e tudo em proveito da oligarquia fascista, porque «o povo português nunca tirou benefício da exploração colonial, antes pelo contrário, a manutenção do colonialismo constitui um obstáculo intrinsecamente à democratização de Portugal».

nas perguntas, parece que o M.P.L.A. poderia, pelo menos, considerar esta hipótese.

AGOSTINHO NETO — Sim. Poderemos considerar esta hipótese desde que haja a satisfação de algumas condições: uma delas é o reconhecimento do nosso direito à independência e consequentemente a libertação dos prisioneiros políticos. De todos eles incondicionalmente.

É necessário também que as Forças Armadas sejam postas fora do campo de batalha, para que não constituam uma ameaça de um momento para o outro.

É necessário, por outro lado, que exista esse desejo de negociações e que nós comecemos a discutir o problema.

O papel das Forças Armadas

EXPRESSO — Disse o dr. Agostinho Neto que era necessário que as Forças Armadas fossem postas fora do campo. Refere-se às Forças Armadas Portuguesas e também às Forças Armadas do M.P.L.A.? Fica-lhes apenas forças da ordem para garantir a preparação desse clima de independência?

AGOSTINHO NETO — Não. Forças Armadas do M.P.L.A. são forças nacionais. É preciso, portanto, que as Forças Armadas estrangeiras, que são as Forças portuguesas, se retirem do terreno.

EXPRESSO — E a nível de polícia, de manutenção de ordem pública?

AGOSTINHO NETO — Tudo deveria ser transferido para as mãos do M.P.L.A.

EXPRESSO — No caso de uma independência imediata, como reagiriam as populações que não

concordam com os esquemas de vida socio-económico-político propostos pelo M.P.L.A.? Vou dizer-lhe mais claramente a razão desta minha pergunta: penso que uma boa parte da população não é comunista e até, devido à propagação sistemática do anterior regime, o comunismo, para muitos, é um bicho de sete cabeças (papão). Acontece que foi posto a circular e a convicção é generalizada que o M.P.L.A. é um movimento comunista, sendo inclusive subvertido pela U.R.S.S. e também pela China.

Desejaria, portanto, saber se o M.P.L.A. tem realmente decisões esquemas de vida socio-económico-político que inspiria a todos, uma vez no poder?

Reacção das populações à independência

AGOSTINHO NETO — Eu creio que nós temos de ser realistas e termos de admitir (e nós temos a experiência disto) que nem toda a população de Angola compreende perfeitamente o que é a luta de libertação e muito menos pode compreender os esquemas de administração futura do país do ponto de vista económico, social, político, etc. É preciso que haja um certo tempo de preparação. Mas o que eu me recuso a admitir é que essa preparação seja feita pelos colonialistas portugueses. Tem de ser feita por nós. Durante cinco séculos não houve essa preparação. Como é que em dois ou três anos ela se vai fazer? Será, talvez, apenas ilusão o problema. Nós podemos fazer essa preparação para que os esquemas tenham a adaptação que mais corresponde à solução dos

problemas dos interesses nacionais e que tal seja bem compreendido pelo nosso povo.

EXPRESSO — Nesta suspensão para a independência há todo um caminho a percorrer em que se deviam estreitar relações entre Portugal e Angola, ou advoga o dr. Agostinho Neto a ruptura imediata?

AGOSTINHO NETO — Eu não advogo a ruptura nem mediata nem imediata. Há dois problemas a considerar: Um é o da independência outro o da organização do país.

A independência deve ser imediata para nos permitir a nós reorganizar o nosso país. Não se trata do problema ao contrário que é como quem diz organizar primeiro, para depois haver independência. Nós devemos ser os responsáveis dessa reorganização.

EXPRESSO — Estou a notar que o dr. Agostinho Neto consegue falar sua português melhor que o meu, de acentuado sotaque beirão o que significa que há laços muito fortes entre nós.

AGOSTINHO NETO — O meu sotaque é angolano.

EXPRESSO — Sim, mas está muito portuguêsado.

Como vê as ligações futuras de uma Angola independente com Portugal?

AGOSTINHO NETO — Eu penso que nestes cinco séculos de dominação colonial se criaram laços humanos que não se perdem. A humanidade, no fundo, está a caminhar para um equilíbrio, para uma maior cooperação entre os povos para uma maior compreensão humana. Do ponto de vista económico não sei se Portugal pode, desde o início, passar sem o intercâmbio comercial com as suas colónias. Eu não sei se as

Dados sobre o actual xadrez político português

NO COMUNICADO distribuído pela Junta de Salvação Nacional na véspera do 1.º de Maio reafirma-se a linha que desde o início ela seguiu de desejo de "um ambiente de concórdia nacional", num "pluralismo renovado de ideias". As Forças Armadas, diz-se, compete "oferecer aos cidadãos as condições necessárias para a conquista das liberdades fundamentais, na ordem e no respeito pela propriedade alheia e pelos direitos dos outros... Não é com destruição dos bens materiais que se consolidam as liberdades que o povo já soube conquistar". Pede-se mais adiante, no Comunicado, que se mantenha a "serenidade pública", de modo a que as celebrações sejam efectivamente uma "manifestação ordeira de regozijo dos trabalhadores portugueses no dia maravilhoso da Festa Nacional do Trabalho".

Assim parece terem-no entendido quase todas as associações políticas que, na passada 4.ª-feira, convocaram os seus adeptos a associarem-se às manifestações do 1.º de Maio.

Desse grande encontro, manifestação entre todas unitária, que se relata e se comenta noutro passo deste número, ressalta que a maioria das organizações, embora esforçando-se por se demarcarem em relação umas às outras, estão neste momento mais interessadas em acentuar a necessidade de unidade e de apoio à acção da Junta.

Isto mesmo foi concretizado no passado dia 29 com a constituição do M. D. P. — Movimento Democrático Português — que pretende prolongar a vocação unitária da C. D. E. de 1969. Numa reunião em que estiveram presentes 18 distritos, foram eleitos seus delegados perante a Junta: Pereira de Moura, Tengarrinha, Pedro Coelho, Modesto Navarro, Carlos Carvalho, V. Wengorovius, Luís Moita, Horácio Guimarães, A. Monteiro, Reizinho Falcão, Gonçalves André, Valdez Frião, M. António Fernandes, Manuel Baridó, Henrique Neto e J. M. Varela.

Partido Socialista Português (P. S. P.)

1964 — Criação da A. S. P. (Acção Socialista Portuguesa), cujo primeiro manifesto foi uma carta dirigida por 118 personalidades oposicionistas ao Presidente da República pedindo a demissão imediata de Sáizaz e o restabelecimento das liberdades fundamentais. Inicialmente, tais personalidades tinham estado mais ou menos comprometidas num movimento unitário liderado pelo Directorio de Acção Democrática-Social (António Sérgio, Cunha Leal, Mário Azevedo Gomes, Acácio Gouveia, etc.). O motor desta cizão, na base da qual estaria a rutinação dos "velhos" do Directorio em constituir uma frente com o P. C. F., era Mário Soares, ex-membro da aludida acção democrato-social.

1968 — Deportação de Mário Soares, na sequência de revelações feitas à imprensa estrangeira tendo por tema um escândalo cujo protagonista era um ministro do Governo de Sáizaz.

1969 — Marcello Caetano, durante a fase liberalizante,

autoriza o regresso do "leader" socialista, que rompe a aliança táctica com o P. C. F. e seus aliados através da fundação da C. E. U. D. (Comissão Eleitoral de Unidade Democrática). As bases programáticas da referida Comissão radicavam-se, tal como as da C. D. E. (Comissão Democrática Eleitoral) na Plataforma aprovada conjuntamente em S. Pedro de Moel (Junho), baseada nas conclusões do II Congresso Republicano de Aveiro.

A C. E. U. D., que funcionou como o embrião da social-democracia em Portugal, permitiu a Mário Soares obter o estatuto de delegado português à Internacional-Socialista.

1970 — Mário Soares é forçado a exilar-se.

1972 — Fundação do P. S. P. (Partido Socialista Português) na Alemanha.

Acordo entre o P. C. P. e o P. S. P. com vista à participação conjunta na campanha eleitoral de 1973. A C. D. E. reúne elementos das duas formações políticas, a par

de "independentes" e de agrupamentos considerados "à esquerda da linha cubalista", que se retiraram do incipiente movimento unitário ainda antes do início da campanha.

1973 — O Partido Socialista Português apresenta candidatos às eleições para a A. N. conjuntamente com o P. C. P..

1974 — O órgão central do P. S. P. ("Portugal Socialista") reconhece, em editorial assinado pelo seu Secretário-Geral, que a passagem do aludido jornal à legalidade "transcende os próprios socialistas e preconiza a unidade do Povo com as Forças Armadas no actual momento político, ao mesmo tempo que, pela mesma fonte, é aconselhada uma "revolução pacífica".

"Portugal Socialista", até agora editado na clandestinidade, passará a sair semanalmente até se tornar um diário, o que está em projecto. A sede provisória do P. S. P. encontra-se na Av. Duque d'Ávila, 131.

Partido Comunista Português (P. C. P.)

1921 — Fundação do P. C. P. por ex-anarquistas e membros da "Federação Maximalista", cujo nome advém da tradução literal da palavra russa *borchevique* (maioritário).

1921/21 — Reorganização por Bento Gonçalves.

1921 — Fundação do "Avante".

1923 — Polêmica no interior do Partido entre Bento Gonçalves (adverso da ação no interior dos sindicatos fascistas então criados) e José de Sousa (que defendia a criação de sindicatos paralelos). Venceu a tese de Gonçalves, que foi adotada até aos nossos dias.

1934 — Em 18 de Janeiro criação do primeiro Soviete português, na Marina Grande, chefiado entre outros, por José Gregório e classificado posteriormente, por Bento Gonçalves, como "mais uma anacoreta", no relatório do Tarrafal. Proibição do "Avante" que passa à clandestinidade.

1936 — Início da Guerra de Espanha e revolta da Armada, dirigida pela O. R. A. (Organização Revolucionária da Armada), cujo jornal "O marinhete vermelho" orientava a insurreição.

1941 — Reorganização do Partido, cujo aparelho clandestino tinha sido destruído pela P. V. D. E. (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado), treinada pelo alemão Kramer, da Gestapo.

1944 — Grandes greves no Ribatejo, organizadas pelo P. C. P.

1945 — Participação no M. U. D. (Movimento de Unidade Democrática).

1948 — Dissolução oficial do M. U. D.

1949 — Apoio à candidatura de Nuno de Matos, Caba, controlada pelo Partido, do M. N. D. (Movimento Nacional Democrático, presidido por Ruy Luís Gomes).

Prêzo de Álvaro Cunhal no Luso.

1951 — Candidatura de Ruy Luís Gomes, apoiada pelo P. C. P. à Presidência da República. O Partido adere às teses de Estaline sobre política e organização. Crítica da "plataforma de transição", linha política anterior considerada "direitista" cujos autores não são expulsos dos cargos directivos que ocupavam.

1956 — 20.º Congresso do P. C. da U. R. S. S.

Outros membros do P. C. Ovílio Fogaça e Pedro Soares, por exemplo) propõem a "resolução pacífica" do problema português através da "jornada nacional pacífica" pela denúncia de Salazar (perdoado posteriormente chamado de "desvio de direita").

1961 — Fuga de Álvaro Cunhal e outros dirigentes da Cadeia de Peniche. Crítica não sistemática do "desvio de direita" de 1956 e, em Março de 1961, Cunhal é eleito Secretário Geral do Partido.

Prepara-se uma reconstituição da "Juventude Comunista" (antecedentemente designada nos movimentos utilizá-los, em que avultou o MUD juvenil). "Pitões Santos serve de elo de ligação com os elementos republicanos liberais do Directório da Acção Democrata-Social, antes descurados pela tentativa de união com os "fascistas descontentes". Participação do P. C. P. nas eleições para a Assembleia Nacional. Ataques oficiais ao Partido do Trabalho da Albânia que, conjuntamente com o Partido Comunista da China, põe em causa a linha de Kruchev em relação ao Movimento Comunista.

Início da guerra colonial, sendo condenado na "Tribuna Livre" e "serocismo de brancos e negros" (Gonçalves). Denúncia do "Levantamento Nacional" como base das opções estratégicas quanto à mudança de regime.

1963 — Em Agosto, o Comité Central aprova o "Rumo à Vitória" de Álvaro Cunhal, relatório que reitor a Unidade como "tarefa central do Partido" e "o esquadismo e o sectarismo" como "perigos principais".

1964 — A ação no interior do Comité Central do P. C. P. entre a linha cunhalista e a posição revolucionária, dita "pre-chinesa", levam à criação do C. M. L. P. (COMITÊ MARXISTA LENINISTA PORTUGUÊS) e "TA-LENINISTA PORTUGUÊS" e P. A. P. (FRENTE DE ACÇÃO POPULAR), liderados por Martins Rodrigues, recentemente libertado de Peniche.

O jornal do P. C. P. "Avante", denuncia a existência destas organizações no interior de Portugal sem artigo intitulado "Cuidado com eles" referindo-se a dirigentes do C. M. L. P. no interior de Portugal.

1968 — O P. C. P. acusa a "demagogia liberalizante" instituída pelo marxismo do facto de transferir a política salazarista ao outro estílo.

1969 — O P. C. P. apela a C. D. E. contra a C. E. U. D. Incentiva a participação dos trabalhadores na vida sindical permitida pelo fascismo.

1970 — A partir de quadros oriundos da organização no exterior do C. M. L. P., surge em 1970 o PARTIDO COMUNISTA DE PORTUGAL (M. L.).

Este reivindica a herança de José Gregório, antes de 1956. Para o novo partido, as causas da degenerescência do P. C. P. radicam-se nas resoluções do XX Congresso do P. C. U. R. S. S. e na doença que obrigou Gregório a afastar-se da Direcção. Assim, no seu degelo de massas "Unidade Popular" assucos a realização do V Congresso do Partido (Congresso Revolucionário), anulando decisões anteriores do P. C. P.

Implantado nos meios da emigração e entre os estudantes (meio em que faz propaganda de uma organização denominada U. E. C. (em. U) que edita o "Servir o Povo"), dispõe ainda de um órgão teórico, "Estrela Vermelha".

1971 — E comemorado o cinquentário do Partido.

1973 — O P. C. P. alia-se com o recém-formationo P. S. F. e, após as listas do Movimento Democrático nas eleições legislativas.

1973 — E fundada a: ORGANIZAÇÃO MARXISTA LENINISTA DE PORTUGAL (O. C. M. L. P.) a partir de um boletim editado sobretudo para a zona do Porto ("O Grito do Povo") cujas origens remontam a primeira edição editada, no exterior, pelo C. M. L. P. No movimento estudantil, a sua acção é levada a cabo pelos C. R. E. C. (Comitês Revolucionários dos Estudantes Comunistas) que editam o jornal "Viva a Revolução".

1974 — No âmbito de uma lista pela legalização há muito considerada em terra importante da vida política do Partido, o P. C. P. apóia as teses de Junta de Salvação Nacional. Regresso dos elementos que constituem o "secularizado do Comité Central"; regresso geral residentes na União Soviética. "Os dirigentes do Partido reivindicam a presença de Álvaro Cunhal no futuro Governo Provisório. Mantém-se a aliança com o P. S. F. de Mário Soares no stio do Movimento Democrático.

—o—

O P. C. P. (Partido Comunista Português) vai transformar o "Avante", seu órgão oficial em jornal diário.

—o—

Fora do M. D. P. também se incluem pessoas e se organizam movimentos:

O Movimento Democrático Português

C. D. E.

A sua sede em Lisboa passará a ser a da C. D. E., declara no seu primeiro documento entregue à Junta que "considera possível e desejável a elaboração de uma plataforma comum de todos os patriotas civis ou facistas" e propõe mais adiante que "a liberdade de Associação se concretize imediatamente no livre funcionamento dos partidos políticos e agrupamentos existentes", e nomeia especificamente "o Movimento Democrático Português, o Partido Comunista Português e o Partido Socialista Português e os crutais anti-fascistas".

Pede-se também nesse memorando que se apreenda todo o material bélico e se ocupem as instalações das diversas organizações ao serviço do fascismo, se reduzam o material bélico da G.N.R. e da P.S.F. ao estrito indispensável, se destituam todos os que ainda ocupam cargos de algum modo ligados com o anterior regime e os responsáveis pelos meios de informação anteriormente dominados pelo fascismo, que se constitua uma comissão de juristas democratas para julgar os delitos de todos esses que "desrespeitaram os direitos dos cidadãos e se serviram do poder, autoridade, influência económica ou política para benefício próprio", e se deixem regressar imediatamente ao país os milhares de jovens em idade militar, incorporados ou não nas Forças

Armadas.

No dia seguinte àquele em que foi entregue o seu memorando, o M. D. P. definiu mais claramente os seus objectivos e preocupações numa conferência de imprensa. Repetindo as suas apreensões quanto à lentidão com que se está procedendo ao desmantelamento do fascismo, insistiu na urgência de se constituir o Governo Provisório para que se proceda rapidamente à tomada de medidas que se impõem.

O M. D. P. mais uma vez esclareceu o que pensa em relação ao Ultramar: "fim da guerra, abertura de negociações com os representantes dos movimentos de libertação e reconhecimento do direito dos povos à auto-determinação", posição esta que, declarou, não corresponde totalmente à da Junta.

Quanto à existência de partidos políticos, disse o M. D. P. que, se por um lado, o general Spínola vê inconveniente na proliferação de partidos, o Movimento é peremptório quanto à inaceitabilidade de partidos facistas; de direita democrática, sim, mas facistas nunca.

Este M. D. P. como dissemos, confundiu-se com a C. D. E. — ficando esta como um seu ramo para contacto com as massas, embora esta continue a servir com delegações suas na provincia onde se encontra já radicada.

Deix. para além desta conferência de imprensa, apenas sabemos que alguns dos seus membros (nomeadamente Pereira de Moura) se encaminharam amide para a Gow da Moura e, dos comunicados distribuídos ao público, resalta a palavra de ordem de revolução na serenidade. "Combinando o espírito de inicia-

tiva e audácia com a calma e serenidade de quem tem o Povo, o Tempo e a Força por si..." "Juntemo-nos nas fábricas, nas escolas, nos escritórios, nas repartições públicas, nos sindicatos, nas colectividades e nos bairros, por toda a parte; para nos mantermos informados, para discutir e para encontrar as orientações para o movimento democrático...". No dia 29 fez-se a ocupação, por manifestantes da C. D. E., da sede da es-36. P. (mauculista) e no dia 30 a C. D. E. tornou posse solene da sua nova sede que são os locais da M. P. (feminina), na R. Artilharia Um, 105.

O M. D. P., como se vê pela apresentação que fez de si próprio na conferência de imprensa é uma frente de acção que, reúne o Partido Socialista, o Partido Comunista Português e o que, por enquanto, se designa genericamente como os crutais anti-fascistas.

Movimento da Esquerda Socialista

Viram-se desfilar ex-candidatos da C. D. E. de 1969 como José Manuel Galvão Teles, João Bénard da Costa, Joaquim Mestre, Vítor Wangorovits, alguns ereticos ligados a todos os movimentos de "católicos" desde os anos 60, como

Nuno Teotónio Pereira (rector-saído de Casais), sindicalistas como Santos Júnior e outras pessoas como Nuno de Bragança e César de Oliveira. A eles parece estarem ligados, embora não estivessem presentes na manifestação,

João Martins Pereira, João Cavinho e os "estrangeirados", agora de possível regresso, como Manuel de Lucena e Medeiros Ferreira. Entre chamadas organizações de extrema-esquerda contam-se:

Partido Revolucionário do Proletariado I. P. L. U. e Brigadas Revolucionárias

1962 — Fundação da F. P. L. N. (Frente Patriótica de Libertação Nacional) com sede em Argel e cujos dirigentes de maior nomeada são o poeta Manuel Alegre e o ex-militante do P. C. P. (para o qual terá recrutado, no fim dos anos quarenta, o actual dirigente socialista Mário Soares) Pereira Santos.

A partir de certa altura, passa a ter sede permanente em Argel e a transmitir regularmente um programa radiofónico para Portugal ("A Voz da Libertação").

1971 — Criação da F. P. L. N. com o E. C. P. que, deixa, assim, de ser influenciado... preponderantemente as posturas negativas do grupo político filiado no agrupamento unitário em causa. Fundação das BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS, cujas primeiras acções arrastadas são os atentados contra a base da N. A.

T. O. na Fonte da Teija e contra a bateria de canhões que seria pelo industrial Alfredo da Silva, fundador do grupo C. U. F.

1973 — Criação no interior da F. P. L. N., que gera o PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO, cujo símbolo pretende inovar as tradições comunistas através da substituição da representação gráfica da foice e do martelo entrecruzadas pela enxada e a chave inglesa. A proclamação do Partido é feita antes da existência de um programa e de estatutos. As "Brigadas Revolucionárias" seriam ficadas, na sua totalidade, abrangidas na orgânica do F. P. L. N., tendo continuando a desenvolver uma actividade ligada às formas próprias de combate, ligadas à "acção directa", tendo como principal concorrente, nesse plano

de luta, a A. B. A. (ACÇÃO REVOLUCIONÁRIA ARMADA), organismo subsidiário do P. C. P. cujas primeiras actividades, iniciadas pouco antes das reivindicações pelas B. R., consistiram num atentado à escola da P. I. D. E.-D. G. S. em Setúbal e na explosão de num hangar que abrigava vários helicópteros guardados na base de Tancos.

1974 — Face ao programa da Junta de Salvação Nacional, as opiniões da F. P. L. N. e do P. R. P. divergem; enquanto este, considerando a F. P. L. N. dissolvida pelo facto de o P. R. P. ter sido criado a partir das suas fileiras, proclama que a realização das liberdades cívicas em operação não altera substancialmente a situação dos trabalhadores, aquela assume uma posição de apoio à Junta e ao Movimento das Forças Armadas.

M. R. P. P. Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado

1970 — Fundação em Setembro, reagindo contra o revisionismo do P. C. P. e o dogmatismo das organizações que se reclamavam, até aí, do marxismo-leninismo contra a condução do movimento marxista-leninista a partir do exterior.

Considera que nunca existiu um verdadeiro partido comunista em Portugal, defendendo a tese que postula a formação dos quadros na luta no interior do país.

Edita, em Dezembro, o seu órgão teórico "Bandeira Vermelha" em que procede a uma análise da história do movimento operário português. Define, num Manifesto intitulado "A situação actual e as tarefas táticas do nosso Movimento", quatro objectivos fundamentais:

1. Reorganização do Partido;
2. Luta contra a exploração capitalista;
3. Luta contra a guerra imperial e colonialista;
4. Luta contra a repressão fascista.

1971 — Publica, em Fevereiro, o n.º 1 de "Luta Popular" (órgão de massa) apoiando uma manifestação anti-colonialista convocada pelos C. L. A. C. (Comitês de Luta Anti-Colonial).

Em Julho, o sector estudantil do M. R. P. P. organiza-se com relativa autonomia e passa a chamar-se Federação dos Estudantes Marxistas-Leninistas cujo órgão central passou a ser o "Guarda Vermelho".

Apoia a acção da R. P. A. C. (Resistência Popular Anti-Colonial) no interior dos quartéis e greves operárias desencadeadas na zona de Lisboa e do Ribatejo (margem Norte) e Beira Litoral.

Publica a directiva "Guerra do povo à guerra colonial-imperialista", demarcando-se assim das posições por ele consideradas neo-colonialistas do P.C.P. e da C.D.E.

1972 — Participa, com os C. L. A. C., na convocação das manifestações anti-coloniais de Fevereiro. Promove a agitação em torno do 1.º de Maio. Convoca a manifestação de 16 de Maio, em Lisboa, de apoio aos cooperativistas e estudantes, contra a exploração capitalista.

Em 12 de Outubro é assassinado, num anfiteatro de Escólicas, o estudante de Direito, José António Ribeiro Santos, reivindicado no dia seguinte pela F. E. M. L. e admitido, a título póstumo, como militante do M. R. P. P. Grandes manifestações de rua no dia 14.

1973 — O M. R. P. P. intervém activamente em greves desencadeadas na zona de Lisboa, na margem sul e na margem norte. Convoca, de colaboração com o M. P. A. C., as manifestações de 9 de Fevereiro (contra o assassinato de Amílcar Cabral) e 21 de Fevereiro (contra a guerra colonial). Na sequência do soterio da luta

operária convocou manifestações no 1.º de Maio para Lisboa, Baixa da Banheira, Torres Vedras e Vila Franca de Xira. Desencadeia a campanha de protesto contra a presença de Médici em Portugal. Colabora Estaline no dia de aniversário da sua morte.

Durante a campanha eleitoral, promoveu manifestações cujas palavras de ordem eram, fundamentalmente, "O povo vota na rua" e "Nem fascistas nem liberais nem revisionistas — república democrática popular" 12 e 28 de Outubro dias do 1.º aniversário do assassinato de Ribeiro Santos e da votação respectivamente. Apoiou a vaga de greves na Indústria electrónica (Standard Electrica, Automática Plessey, etc.).

1974 — Considerando que a subserviência ao imperialismo americano é um dos traços mais marcantes do fascismo português, convocou manifestações contra a presença de Kissinger em Portugal. Lança uma campanha cuja

palavra de ordem é "Em frente na luta pelo povo" em que se enquadraram as movimentações operárias da indústria metalúrgica (Vieira de Leiria, Sorfearne, Consoa, etc.) química e vidreira, ao mesmo tempo que, em fins de Março, convocou manifestações para o 1.º de Maio ("O 1.º de Maio é vermelho") para Lisboa, Porto, Vila Franca de Xira, Marinha Grande e Coimbra.

Centrapõe ao Programa da Junta de Salvação Nacional, deste o próprio dia 25, o da Revolução Democrática e Popular — "Paz, Paz, Terra, Liberdade, Democracia e Independência Nacional" — aplicando para a intensificação de "todas as lutas revolucionárias, conferindo-lhe o carácter de amplas massas... multiplicar as reuniões e comícios políticos... ocupar as ruas... abandonar os quartéis e boicotar as prevenções, desertando com armas, posto-as ao serviço de operários e camponeses..."

L.U.A.R. — Liga de União e Acção Revolucionária

1947 — Aquele que viria a ser o seu principal dirigente, Hermínio da Palma Inácio, move a sua primeira acção política conhecida que foi a sabotagem de aviões na base aérea de Sintra durante uma sublevação de oficiais em 10 de Abril.

1961 — Depois de prolongado exílio na América do Norte e em vários países da América Latina, Palma Inácio regressa clandestinamente a Portugal tendo desviado, pela primeira vez na História um avião comercial da T. A. P. que distribuiu panfletos sobre Lisboa e várias localidades do Alentejo e Algarve.

1967 — Palma Inácio cria a L. U. A. R. cuja primeira acção, dentro dos moldes escolhidos pelos seus aderentes, foi o assalto ao Banco de Portugal na Figueira da Foz, em que este dirigente participou, tendo liderado o golpe de mão e a fuga processada a bordo de um avião que viria a aterrar no Algarve.

1969 — Depois de uma tentativa de entrada de um comando da L. U. A. R. em Portugal, são capturados pela G. N. R. e P. I. - D. E. vários elementos da organização que se preparavam para levar a cabo um assalto à cidade de Covilhã, apoderando-se de todos os seus contidos quer nos bancos quer na Caixa Geral de Depósitos.

ELS, EM LINHAS GERAIS e necessariamente com falhas — devido à pressão do curto tempo de que dispusemos e da dificuldade de acesso directo a todas as fontes — o que julgamos constituir as linhas de largura de política portuguesa.

As Movimentos que aqui referimos e aos que, por lapso ou desconhecimento, não referimos, agradecemos o que quiserem acrescentar e esclarecer.

Palma Inácio evade-se, pela segunda vez, pouco antes do seu julgamento, desta feita serrando as grades da sede da P. I. D. E. do Porto. Através dos órgãos de informação, é prometida uma recompensa em dinheiro a quem conseguir fornecer dados que conduzam à sua captura. Preso em Espanha, sairá ao ano seguinte da cadeia meret de uma grande movimentação da opinião pública europeia.

1974 — É capturado num café da Av. Duque de Ávila, na companhia doutros elementos da organização quando se preparavam para iniciar uma série de acções armadas que a policia politica disse, na altura, visarem assaltos a estabelecimentos bancários, postos da policia e G. N. R., etc.

Enquanto organização, não existe ainda nenhuma posição colectiva face aos últimos acontecimentos e nomeadamente ao programa do M. F. A. Alguns dos seus elementos têm, em declarações à imprensa, apontado como objectivo imediato a íntima colaboração com as forças que combatem o M. F. F.

Distinguem-se, neste aspecto, os B. R. que optaram por não aparecerem ainda "à tona" desde o golpe de 15 de Abril.

Sedes

Embora pedida a sua aprovação em Fevereiro de 1970, desta que coincidiu com a fundação da A. N. P., só veio a constituir-se em Setembro desse ano, sob a designação Associação para o Desenvolvimento Económico e Social. Reunião, desde o início, membros dos sectores técnicos privado e público e das profissões liberais.

No ano de 71, durante o mandato de Rui Vilaz e António Sousa Gomes, deu-se atenção à estruturação interna, criaram-se núcleos no Porto, Leiria, Torres Vedras, Covilhã, Caldas da Rainha e realizaram-se alguns colóquios. Tomou nessa altura posição quanto à Cooperativas, Reforma do Ensino, Reforma da Saúde.

No ano de 1972 publicou o muito falado "Portugal que somos, Portugal que queremos ser", de crítica à rejeição de Américo Tomás.

Em 1973, sob o mandato Sá Borges-João Salgueiro, publicou os dossiers sobre emigração e "Portugal para onde vai?" onde se apresentava a opção entre quatro cenários políticos. Na discussão preparatória do Programa Político que a Sede vinha a realizar, e que decidiu levar por diante nas condições actuais, definiram-se mais claramente duas linhas políticas, aliás desde o princípio presentes no seio desta Associação: uma que se definiu a favor do cenário socialista, outra que defendia o cenário "democracia europeia". É possível,

assim, que o Programa Político que ela vinha a publicar dentro em breve represente uma plataforma entre estas duas tendências.

Entretanto, o seus sócios irão, individualmente, aderir a partidos políticos, continuando a Sede, como até aqui, a ser um centro de

estudos e reflexão, um ponto de encontro, um "club" de intelectuais.

Os partidos para que se encaminharam os sócios da Sede tudo indica que sejam ou o Partido Socialista ou o novo partido social democrático em constituição.

Partido Social Democrático

Este novo partido que agrupa a maioria dos liberais e dos "edistas" socialistas democratas e alguns "democratas cristãos" vindos dos "curstilos" apresentou hoje à Junta a notícia da sua constituição e respectivo programa e estatutos pelas mãos de Miller Guerra, Sá Carneiro, Magalhães Mota, Francisco Halsemao.

Na 2.ª Feira, conheceu-se-lé o Director do Partido que incluirá a maioria destes nomes mas não o de Francisco Balsemao que não quer aceitar cargos que colidam com a sua situação de director do EX-PRESSO. São conhecidos como

aderentes do novo Partido Correia da Cunha, Rogério Martins, António Martins e João Salgueiro, entre outros.

Entretanto, nas manifestações do 1.º de Maio, confirmaram-se rumores que corriam acerca do possível aparecimento de um novo partido de socialistas de esquerda partidários de um socialismo não - dogmático, que enquadraria muitos dos dissidentes da C. D. E. de 1969, cristãos anti-fascistas e que teriam implantação nos sindicatos e no sector estudantil, nomeadamente o designado por "Tudo o Poder aos Cursos". Efectivamente, sob o estandarte:

A Causa Monárquica

E o movimento monárquico tradicionalista. E possível que tente renascer agora como um pequeno partido de direita. Sede: Praça Luis de Camões 46-2.º

Convergência Monárquica

Constitui, se assim se pode dizer, a "esquerda" dos monárquicos. Agrupa este movimento: Movimento Monarquia Popular, Liga Popular Monárquica e Renovação Portuguesa surgido por altura das eleições de 1969. A unificação deu-se em 1970.

Perante o momento político, decidiram reorganizá-lo, com vista à possível formação de um partido, e subdividir-se em secções correspondentes a diversos sectores da actividade pública. Nomearam uma delegação para os representar perante a Junta constituída por Rodrigo de Montezuma, Gonçalo Ribeiro Telles, Vaz Serra de

Moura, Fernando Silva e José Luis Crespo de Carvalho.

Programa

Esta Associação de Estudos para o Progresso Nacional constituiu-se há menos de um ano, a seguir ao Congresso de Tomar, de onde lhe vieram alguns aderentes que não quiseram enfileirar na A. N. P.

Neste momento fala-se em que o Programa pensa enfileirar na constituição de um movimento que contará com o que poderiam chamar "teccocratas de direita".

Movimento Federalista Português

Apresentado ontem à Junta por uma comissão constituída por Fernando Pacheco de Amorim, Francisco Caldeira Cabral e Nuno Cardoso da Silva. Parece que outros sêccios do Programa como Luís de Oliveira Dias, José Vale de Figueiredo, José Costa Delgado aderiu também ao movimento. De acordo com o manifesto apresentado à Junta, interessa-lhe primariamente um "organismo que defenda a nação portuguesa no

seu todo pluriconstituída". Nem todos os sêccios do Programa parecem, no entanto, encaminharem-se para este movimento federalista. Uns há que fazem em convocações com a Sede e outros em mais um possível Partido — de centro-direita — que, nesta fase preparatória, está a ser liderado por Diogo Freitas do Amaral e pelo seu grupo, com a adesão de nomes como Silva Pinto e Veiga Simão.

Forças Armadas: depuração

1. Marinha: vice-almirante Egídio Ferreira de Almeida e contra-almirantes Manuel Pereira Cruz, Aníbal Barros de Almeida Gaça, Jaime Lopes e Luciano Ferreira Bastos da Costa e Silva;

2. Exército: generais de quatro estrelas João de Paiva de Faria Leitão Brandão e Joaquim da Luz Cunha; generais Arnaldo Schula, Edmundo da Luz Cunha, Fernando Viçti de Carvalho, Fernando Louro de Sousa, Eduardo Joaquim Magalhães Almeida Martins Soares, João Tiros, José Seradure Moreira da Câmara, André da Fonseca Pinto Bessa, José Albertinho Correia e Horácio Estúlio de Avila Perez Pais Brandão; e brigadeiro Pedro Alexandre Brun do Castelo e Castro Srano e José Junqueira Reis;

3. Força Aérea: generais de quatro estrelas Mário Tello Pulleri e Armando Correia Mota; generais Ivo Ferreira e Rui Tavares Monteiro; e brigadeiro Alberto Fernandes.

E de salientar que todos estes oficiais generais estiveram

presentes à manifestação de apoio a Marcello Caetano, que teve lugar em 5. Bento após o malogro da intenção das Cidades da Rainha. Talvez por isso não estejam incluídos na referida lista os nomes dos generais Kaulza de Arriaga e Silvino Silvério Marques, que não compareceram aquela cerimónia.

O mesmo aconteceu com o general Bettencourt Rodrigues, então no cargo de governador da Guiné. Por seu lado, o ex-ministro do Exército,

general Andrade e Silva, já se encontrava na situação de reserva.

Quanto à Marinha, torna-se notório o facto de não constar da lista qualquer comodoro (à semelhança do que acontece com os coronéis do Exército). Até porque, entre eles, se encontram algumas manifestações à participação no Movimento das Forças Armadas... Trata-se, no entanto, de uma categoria composta de elementos ainda jovens, cuja passagem compulsiva à reserva poderia ser impeditiva.

Armas em vez de "dossiers"

UM GRUPO de combate de comandos, assalto, na noite da passada terça-feira, a Inspeção Geral de Actividades Económicas, sita na Avenida Duque de Avila, 139, tendo recuperado 67 armas que se encontravam, no gabinete do Inspector Geral.

Esta acção, que teve uma

denúncia como motivo, foi comandada pelo major Jaime Neves e capitão Ferreira da Silva, dos comandos, cujas equipas de combate estacionadas actualmente na Academia Militar em Lisboa, se têm mostrado muito activas no desmantelamento de palácios deste género e na prisão de es-agens da repressão.

Ocupação de casas: o bairro do Casalinho

A OCUPAÇÃO de casas vazias por parte dos habitantes dos bairros da lata, iniciada no passado dia 30 no bairro da Boa Vista, passou a ser um acontecimento do quotidiano português actual.

Tendo conhecimento de que o povo dos bairros da Boavista, do Trilégio, das Furnas e das Galinheiras tinham ocupado as casas vazias feitas pela Câmara, o Povo do Bairro do Casalinho tomou a iniciativa de, na passada quinta-feira, ocupar as casas da "Fundação Salazar", vazias há mais de 2 anos. Noventa moradias não já prontas e perto de 200 ainda inacabadas.

No Bairro do Casalinho vivem, nas suas degradadas condições de

existência, em barracas de madeira e "lusalite", cerca de 250 famílias. Até agora, a maioria das casas da Fundação Salazar estavam desocupadas e, só com a pressão de cunhas, poucas tinham sido distribuídas estando, na sua maioria, ocupadas por polícias, bombeiros e guarda-noturnos.

Fuam 4 operárias que iniciaram o movimento de ocupação. Depois de conversarem com os seus camaradas do Bairro da Boavista, elas pretendem pôr-se em contacto com o M. R. P. F., organização política socialista que tem organizado e dirigido a maior parte das ocupações nos diversos bairros. Começaram, entretanto, a organização de ocupação, fazendo listas dos mais necessitados. Famílias de 7, 8 e 9 pessoas vivem em barracas de 2 divisões.

Entretanto, a meio da tarde, apareceram muitos autódromos, que, informados do que se ia passar, se deslocaram para aí. O povo recebeu-os com simpatia e trocou impressões com eles.

Ultrapassado o período de confusão gerado pela chegada e permanência de centenas de estudantes, o Povo do bairro fez uma assembleia popular perto das 22 horas. Constituiu-se então o comitê do Comitê de Bairro e foi

feita uma lista de ocupação de acordo com as necessidades de cada família.

Hoje, foi profusamente distribuído um comunicado assinado "um grupo de moradores simpatizantes do MRPP" que constituiu neste momento o embrião do "Comitê" de Bairro aceite como direcção, que dizia: "O povo unido é organizado é invencível! Nós ocupámos as casas. Agora tem que organizar a sua ocupação e ver o que há a fazer. São os mais necessitados que precisam de maior ajuda. Devemos ajudar-nos uns aos outros e trabalhar para a unidade. Organizaremos uma lista dos que vão para as casas já acabadas e uma vez aprovada por nós tem que ser levada à prática haja o que houver. O povo é que tem que fazer isto com as suas próprias mãos.

Em relação às casas ainda não acabadas nós devemos ocupá-las também e exigir que o empreiteiro as acabe. Ele já recebe dinheiro e por isso tem que as acabar. Enquanto as não acabar ninguém lhe paga renda!...) As casas são do Povo! O Povo vencerá! EM FRENTE NA LUTA PELO PAÍS!

Hoje ninguém foi trabalhar e continuam os trabalhos de ocupação.

Advogados apreciam o actual momento político

UM GRUPO de advogados, em representação da respectiva Ordem, entrou ontem em contacto com a Junta de Salvação Nacional, a quem procedeu à entrega de um documento elaborado em reunião na sede daquele organismo, reunião que tivera lugar na véspera e cujo objectivo declarado era a apreciação de assuntos relacionados com o actual momento político e interesses da classe com eles relacionados.

O primeiro ponto debatido foi a necessidade da imediata democratização das estruturas da Ordem, aliás de acordo com o já decidido no 1.º Congresso Nacional dos Advogados cujas deliberações se torna agora possível passar à prática.

Dentro deste tema foi decidido: 1) recomendar que os delegados pelo círculo judicial de Lisboa à assembleia geral da Ordem se demitiram imediatamente (aliás de acordo com a sua vontade expressa) abandonando o exercício das suas funções; 2) que os cargos executivos da Ordem se demitiam dos seus cargos, continuando porém no respectivo exercício até novas eleições, sobre as quais se deverá decidir na reunião geral plenária de todos os advogados do país, já convocada para o dia 9 do corrente.

Esta recomendação foi feita por os actuais órgãos dirigentes da Ordem terem sido eleitos por sufrágio indirecto, através de delegados, por força de legislação imposta, defendendo os advogados o sistema do sufrágio directo em que todos participem.

Foram tratados depois vários assuntos, entre eles a extensão do decreto de amnistia recentemente promulgado, de forma a abranger todos os crimes a serem julgados nos tribunais comuns com base em certidões extraídas de processos

políticos instruídos pela P. I. - D. E. / D. G. S., a revogação do decreto 450/73 tendo ainda sido apreciados vários problemas a apresentar à assembleia plenária do dia 9.

Foi decidido ainda dirigir uma solicitação à Junta de Salvação Nacional no sentido de, além da já anunciada repressão criminal à corrupção, decretar, por meio de um diploma de emergência, o "congelamento" imediato de todos os bens, quer imobiliários quer mobiliários, incluindo acções ou quotas de sociedade e depósitos de qualquer título, ou valores bancários, pertencentes a todos os responsáveis pela criação, existência e funcionamento das polícias políticas e seus executores (em especial FIDE/DGS e serviços secretos da Legião Portuguesa), quer da Metrópole, quer do Ultramar, designadamente os pertencentes ao Almirante Américo Tomás, Professor Marcelo Caetano, Ministros do Interior, da Justiça e do Ultramar, tudo de forma a garantir as indemnizações que eventualmente terão de prestar nos processos que para o efeito venham a ser instaurados pelas vítimas de tal sistema.

Decidiram ainda solicitar que o "congelamento" abranja também os bens pertencentes aos seus cônjugues (com exclusão dos próprios) e os por eles transmitidos a título gratuito.

Finalmente foi deliberado enviar um telegrama com o seguinte teor: "Advogados reunidos Ordem sandam magistrados reunidos Peléio Justiça e desejando sua rápida associação em organismo democrático representativo classe, selectividade órgãos jurisdiccionais superiores, verificação garantias total independência dignificação poder judicial".

O primeiro manifesto do "Movimento dos capitães"

O MOVIMENTO das Forças Armadas, também conhecido por "movimento dos capitães" e que esteve na raíz da mudança de regime do 25 de Abril, tornou-se praticamente do domínio público após a vinda a lume de um manifesto de oficiais do Exército em 30 de Janeiro último.

Foam depois emitidos outros documentos, dando conta do sentimento que havia começado a germinar, mas cremos que é o primeiro manifesto, pela declaração de princípios que expõe e pela análise da política portuguesa em África que contém, que merece um maior destaque. Eis um resumo das partes mais significativas desse documento:

"As Forças Armadas têm sido consideradas o suporte de força de uma estrutura global complexa, político-económica, para cuja orientação o comum dos cidadãos não é chamado a uma participação directa. Tal estrutura não se poderia manter inabalável através dos anos se os seus dirigentes não tivessem a garantia da obediência, sem discussão, por parte das Forças Armadas, aos objectivos por eles definidos. Dal o ter-se generalizado o princípio de que compete exclusivamente ao poder político a definição dos grandes objectivos nacionais, e às Forças Armadas, a missão de os executar sem pôr em causa a sua legitimidade. E o mito da "apoitização das Forças Armadas" que transformamos os militares em meros executores de uma política traçada do alto.

Se antes de 1961 as Forças Armadas não eram abertamente atingidas no seu prestígio, é porque as crises internas do regime não tinham atingido ainda um grau demasiado agudo. A partir, porém, da queda da Índia, e sobretudo à medida que as guerras em África se iam protolgando, as Forças Armadas descobriram, não sem espanto, por parte de muitos militares, que pela primeira vez viam claro o seu divórcio real da Nação. As Forças Armadas são então humilhadas, desprestigiadas e apresentadas ao país como responsáveis máximas do desastre. Não é com aumento de vencimentos (e este documento demonstra que, apesar de tudo, a consciência dos militares não está à venda) nem sequer com o previsto reequipamento das Forças Armadas para a condução da guerra que o poder político conseguirá colmatar a brecha que se abriu funda e dolorosa na consciência da maioria dos militares.

O problema maior do povo português e que em larga medida condiciona todos os outros é neste momento o da guerra em três territórios africanos: Argélia, Moçambique e Guiné. A questão é gravíssima e está na base de uma crise geral do regime, já incontornável pelo Poder. Se está generalizada a ideia de que não é possível obter-se uma vitória pelas

armas, tudo é feito para que na opinião nacional, se enraíze a noção de que o Poder político traçou já a estratégia adequada e que as Forças Armadas não terão mais que segui-la para que a integridade dos territórios seja garantida.

Os militares conscientes sabem, porém, que a solução do problema ultramarino é política e não militar e entendem ser seu dever denunciar os erros de que são vítimas e que transformam as Forças Armadas, uma vez mais, em bode expiatório de uma estratégia impossível: uma solução política que salvaguarde a honra e dignidade nacionais, bem como to-

dos os interesses legítimos de portugueses instalados em África, mas que tenha em conta a realidade incontroversa e irreversível da funda aspiração dos povos africanos a governarem-se por si próprios. Sabem, no entanto, os mesmos militares conscientes que tal solução jamais será consentida pelo Poder que a si próprio se arroga o direito exclusivo em matéria de patriotismo, e se pretende apoiado pela Nação.

Sem democratização do país não é possível pensar em qualquer solução válida para os gravíssimos problemas que se abatem sobre

Angola:

Ambiente explosivo

APREENSÃO e alarme — eis a forma como o Centro Cívico Democrático (que reúne em Angola conhecidos democratas e anti-fascistas) descreve o ambiente que se vive naquele Estado. Na verdade tudo parece sugerir que o Movimento das Forças Armadas não estendeu a Angola a sua acção democratizante e que ali o fascismo sobreviverá.

As poucas autoridades substituídas foram-no, por vezes, para pior. Na opinião dos democratas de Angola, o ex-secretário geral e actual Governador-Geral interno, Cor. Soares Carneiro, colocou-se politicamente muito mais à direita do que o Eng. Santos e Castro (o que não é dizer pouco...). São, de resto, conhecidas as ligações do Cor. Soares Carneiro, ex-governador do Distrito da Lunda, à Diamang — empresa monopolista que, em Angola, prospecta e vende diamantes e que possui uma milícia e cárceres privados — e os laços familiares que o ligam à família Abecassis, a qual controla alguma parte da companhia.

A Assembleia Legislativa, bem como o Conselho Económico e Social e a Junta Consultiva, não foram dissolvidos e continuam em funções, ao contrário do que sucedeu em Moçambique. Por outro lado, interrogam-se os anti-fascistas de Angola, porquê neutralizar a desarmar a L. F. e permitir que continue activa a O. F. V. D. C. A. (Organização Provincial de Voluntários e Defesa Civil de Angola), que muitos consideram o braço armado da extrema-direita branca, favorável a uma independência de tipo rodésio?

Diferentemente da opinião generalizada, que a atribui apenas aos colonos moçambicanos, esta tendência está fortemente enraizada num pequeno mas influente sector. Circula neste momento em Luanda um extenso

documento que se quer programático deste grupo de extremadistas.

O «Diário de Luanda», órgão da A. N. P., continua com a mesma direcção e redacção; panfletos provocatórios convocando manifestações (tática conhecida da ex-Pide/DGS) aparecem nas ruas de Luanda; a P. S. P. reprimiu, armada de casacaetes, num contraste brutal com a livre euforia que se vive em Portugal e mesmo em Moçambique.

A questão dos presos políticos mantém-se. Em S. Nicolau, campo de internamento a cerca de 150 km de Moçimedes, calcula-se entre 10 a 15 000 o número de presos, internados e suas famílias. Os poucos presos «libertados» pela Pide/DGS foram entregues à P. S. P., para averiguações sobre a natureza política dos seus crimes, questão facilmente ultrapassada em relação aos dirigentes marxistas-leninistas presos em Peniche.

Acima de tudo, pensam os democratas de Angola, é afrontoso que a cúpula do aparelho repressivo da DGS, inspectores Aníbal São José Lopes, Carlotto e Castro e Abílio Alcaraz, tenha regressado a Angola há três dias, investida de poderes quípu mais amplos do que anteriormente, uma vez que o tristemente célebre Inspector São José Lopes chefiou, neste momento, o Serviço Informativo das Forças Armadas, com os poderes do posto de Tenente-Corone.

Os democratas de Angola consideram a situação explosiva e temem, incisivamente, represálias que ponham em perigo a sua integridade física.

Impõe-se a ida imediata de representantes do M. F. A. e da J.S.N. que imponham em Angola a aplicação dos princípios democráticos que a esmagadora maioria do Povo Português já plebiscitou na rua.

Sociedade nova e ditaduras

A IMAGEM que ocorre, ao fim de 10 dias de libertação do regime anterior, é a de uma sociedade que estava podre e condenada e que se decomponha.

Não havia alicerces, víamos com base em mitos, sustidos por forças que tínhamos, condenados a lutar sem fim. O 25 de Abril veio provar que os mitos não tinham consistência, as forças não eram tão temíveis, as lutas podiam ser vencidas.

Despertámos de uma longa noite estremunhada e incrédulos. A primeira e natural reacção foi dar largas à emoção, comemorar a vida recuperada. Depois veio a necessidade premente de destruir os símbolos do poder antigo, substituí-los por outros que representaram o fim da repressão.

A sociedade a que, de bom ou mau grado, nos habituáramos foi abalada até à raiz.

Não, agora, uma sociedade a construir. Não dos escombros da anterior, mas de novo, com mais justiça, mais paz e mais participação.

Esta tarefa não pode ser exclusiva de uma só corrente de pensamento, ou das facções políticas que, por mérito próprio, se encontram em mais organizado estado de organização. Justiça, paz e participação são obra a realizar pela colectividade, sem privilégios para alguns, sem esquecimento de que a desejada democracia resulta da conjugação das diversas posições perante os problemas.

Caso contrário, sair-se-á de uma ditadura para se cair noutra. Mudam-se os nomes, mudam-se os métodos, mudam-se as palavras de ordem, mas o resultado final é idêntico: uma minoria beneficiada e protegida a mandar e todos os outros a obedecer sem possibilidade de intervenção.

O 25 de Abril foi feito pelo Movimento das Forças Armadas com o objectivo de permitir que o país escolha em liberdade os caminhos por que lhe de seguir. Trata-se de uma revolução democrática, não de uma revolução destinada a impor uma — e só uma — determinada via lo comendado da Junta de Salvação Nacional, que hoje publicamos na primeira página, é bem claro sobre a manutenção dessas intervenções.

Construamos, pois, a nova sociedade portuguesa. Derribemos tudo o que a antiga tem de feio e de repressivo.

Mas façamo-lo todos, sem consentir que se avore procurador do conjunto nacional quem só tem procuração de uma parte desse conjunto.

Se assim não for, é bom repetir, cairemos na ditadura ao contrário. Ou — hipótese alternativa que não deve deixar de encarár-se — as Forças Armadas sentir-se-ão obrigadas a intervir. E, então, correámos o risco de regressar à primitiva ditadura.

António Santos Júnior, António

Por uma sociedade sem exploradores nem explorados

António Santos Júnior

DIVULGAMOS aqui um discurso que se destinava a ser proferido por um membro do Sindicato dos Metalúrgicos, em representação do Movimento da Esquerda Socialista (em organização), nas celebrações do 1.º de Maio, no Estádio da F.N.A.T. Por motivos ainda pouco explicados, a leitura do referido discurso foi preterida em favor de numerosas outras intervenções. Porque nos parece conter uma tomada de posição que interessará os leitores do EXPRESSO, aqui fica o texto integral.

Camaradas!
Trabalhadores!

Para os que não me conhecem: eu fui presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa e da Federação dos Sindicatos dos Metalúrgicos durante 4 meses até ser destituído pelo Governo de Marcello Caetano.

Estou aqui para, com a minha voz de trabalhador, vos falar em nome do Movimento de Esquerda Socialista (em organização).

Antes de mim falaram representantes do Movimento Democrático, do Partido Socialista, do Partido Comunista.

Já antes de 25 de Abril não eram só estas organizações que existiam.

Existiam outros movimentos que se manifestavam em lutas operárias:

- Na fábrica;
- Nos Sindicatos;
- No nível político através dos grupos sócio-profissionais mistos (surgidos na movimentação do período eleitoral de 1973 e que desde então continuam a trabalhar).

Manifestavam-se também nas lutas estudantis e na luta anti-colonial.

Em todas estas lutas fez-se sentir o peso esmagador dos trabalhadores que as levaram por diante, embora nelas também se tenham integrado cristãos revolucionários e elementos socialistas não-dogmáticos.

No fim de contas um grande grupo de pessoas lutava, luta e jamais deixará de lutar por um socialismo perfeitamente controlado em todos os seus aspectos, desde o econó-

mico ao político, do cultural ao social, pela classe operária! Repito, uma sociedade que seja controlada em todos os seus aspectos pela classe operária!

Camaradas Trabalhadores, neste momento saudamos os soldados de Portugal, o Movimento das Forças Armadas que derubaram os aparelhos de Opressão constituídos e que criaram, portanto, condições absolutamente novas para o desenvolvimento da nossa luta de trabalhadores.

— Efectivamente a censura acabou;

— A PIDE, Legião e outras organizações estão a ser destruídas.

Mas... Tenhamos atenção. Nem todas as formas de repressão foram já abolidas.

Todos nós sabemos que a repressão que até agora vínhamos sentindo e sofrendo nas fábricas e em todos os locais de trabalho vai pretender continuar!

Formas de repressão tais como: despedimentos repressivos nas fábricas e em todos os locais de trabalho. As cargas policiais sempre que nós trabalhadores entrávamos em greve

ou por qualquer outra forma lutávamos pela defesa dos nossos interesses. A recente luta dos trabalhadores da TAP foi disso o mais recente exemplo, mas foi também um dos raros momentos na história recente das nossas lutas em que nós trabalhadores nos conseguimos opor victoriosamente à repressão: as forças policiaes tiveram de recuar e nem um só dos nossos camaradas foi despedido. A acção dos bufos e de todos aqueles que nos locais de trabalho ajudam o patronato a impor-nos a sua tirania.

Contudo... Também a nossa exploração continua! Com certeza que os patrões vão pretender continuar a pagar-nos salários miseráveis e ajudados por essa miséria onde nos lançam obrigar-nos a aceitar horas extraordinárias em série em vez de satisfazerem as nossas reivindicações de redução do horário de trabalho.

Vão continuar a obrigar-nos a trabalhar em péssimas condições de higiene e segurança, vão no fim de contas continuar a explorar-nos!

Por isso perguntamos:

— A exploração irá continuar?

— As Caixas de Previdência vão continuar a estar ao serviço dos capitalistas e dos colonialistas ou vão passar a estar nas nossas mãos e portanto ao serviço de todo o povo?

— Será que muitos de nós vão continuar em casas miseráveis ou em barracas enquanto outros vivem em luxuosas vivendas que são autênticos palácios?

— Será que vamos continuar a perder longas horas do nosso dia em transportes incómodos e cada dia mais caros, enquanto outros têm vários automóveis, qual deles mais caro e com os seus motoristas particulares?

— Será que as escolas dos nossos filhos vão continuar a ser fábricas e oficinas ou será que as escolas neste País se vão finalmente abrir para todos os filhos do povo?

— Será que a Guerra e exploração coloniais vão continuar?

— Se queremos ser nós a construir o futuro do nosso País e não admitimos que ninguém o faça em nosso nome, não devemos contribuir para que os povos das colónias possam também tomar nas suas próprias mãos os destinos dos seus países?

A resposta a todas estas perguntas devemos ser todos nós a dá-la diariamente, da única forma que serve efectivamente os nossos interesses de trabalhadores, que serve efectivamente os interesses do povo!!

A nossa luta tem de continuar sem desfalecimento e só terminará com a construção de uma sociedade sem classes sem exploradores nem explorados, de uma sociedade onde não tenhamos de nos vender diariamente!

Temos de construir uma sociedade socialista!

Este é o nosso objectivo e para o atingir estamos abertos à mais ampla colaboração com todas as forças politicas que igualmente lutam pela emancipação de todo o povo, pela construção do socialismo. CAMARADAS!

É necessário não esquecer nunca uma verdade que a história das lutas dos trabalhadores em todo o mundo tem demonstrado:

A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES SÓ PODE SER OBRA DE NÓS PRÓPRIOS TRABALHADORES!!!

Belgim, Manuel

Apelo ao trabalho

EM MENOS de 24 horas foi restituída ao País uma dignidade perdida ao longo de 48 anos de fascismo, por vezes «envergonhado» «refugiando-se sob demagogias, mas pleno de eficiência na permanente limitação das liberdades de todos, em favor de alguns e no sistemático «endeusamento» dos mais representativos dignatários que os defendia, pela natural submissão dos governados, da crítica que não sabiam, nem podiam suportar.

Essa impossibilidade de crítica, pelo morno sossego a que conduzia, provocou inevitavelmente em toda a vida Portuguesa, um derrotismo em que permanentemente se abdicava dos verdadeiros valores do povo Português, com excepção aparente de uma certa Política, pois que aí, a propaganda Fascista não tinha pejo em permanentemente vigiarizar, por vezes por forma mesmo infantil que fazia sorrir, toda uma Nação.

Tal derrotismo e abdi-

cação face aos desafios que nos eram feitos pelo confronto com outros países, no plano económico, social e mesmo do desporto, não nos estimulava a encontrar resposta e o que se tornava mais grave, é que o Povo começava a aceitar, que o mal estava em si, dominado durante 48 anos por processos de manipulação que levavam a permanentes atitudes de inibição, e à redução das suas potencialidades e esperanças, à luta futebolística e à expectativa da consequente «chave» do Totobola.

Não era pois de estranhar que o Povo se encontrasse alheado de um País que não sentia seu, que se não sentisse estimulado a promover o seu desenvolvimento, a dignificá-lo no concerto das nações. Consequentemente, não era de estranhar a falta de eficiência a que se assistia em todos os sectores da vida nacional, na rotina mole dos Serviços Públicos, no lentidão das decisões sobre principais projectos de

desenvolvimento e no aproveitamento da situação, por quantos podiam manobrar influências e receber «benesses» por serviços prestados, desde a defesa pública e mentirosa do regime, à simples, mas mortal, «informação» à PIDE/DGS.

O regime estava «podre» e não podemos admitir que os seus mais intelectualmente esclarecidos responsáveis, o não o sentissem, contudo nada os impedia, no seu egoísmo de mentir e neutralizar, os bem intencionados que, dentro da estreita legalidade permitida, procuravam encontrar caminhos de renovação.

Vivia-se numa sensação de contínuo afundamento, como que integrados numa viagem cujo regresso se via cada vez mais difícil e contra a qual não se sabia nem podia reagir.

O EXPRESSO noticiava a publicação de um Livro cujo título fazia adivinhar, já em si, essa esperança «Portugal e o Futuro»,

o futuro que ninguém via, o futuro que se limitava a um dia de trabalho para uns, de «expedientes» para outros.

Quem o escrevia, pela sua coragem e deveres, sempre cumpridos, transforma-se na esperança, o seu nome correu de boca em boca em todo o Portugal. Quem era? O que queria? Que poderia fazer por nós?

E o regime foi abalado, foi obrigado a mentir mais, cometeu erros. Contudo, em 1958, outro General havia também abalado o regime, obrigando-o também, a mentir mais, a cometer erros e, para além do seu sacrifício, nada mais se conseguiu. A dívida existia.

16 de Março, a tentativa das Caldas falha, não se sabe porquê, mas falhou, falhava a nossa esperança, a repressão consequente desenvolver-se-ia, um possível e esperançoso regresso, transformava-se repentinamente num maior afundamento. Houve quem chorasse de fúria, pela sua incapacidade, pela esperança perdida de regressar à dignidade de Português.

Contudo, na madrugada de 25 de Abril, o Rádio Clube Português, anuncia que algo se está a passar, saímos de casa e constatamos: o Aeroporto está controlado, a Emissora Nacional está ocupada, o Terreiro do Paço está cercado. Meio-dia, a operação junto do Ministério do Exército está concluída, o Povo grita VITÓRIA, «Nobre Povo, Nação valente...» canta-se no Rossio, as lágrimas caem pela face de muitos, VITÓRIA e agora?

Agora, havia que convocar a rendição do Governo, neutralizar a PIDE, libertar os presos, fazer regressar os exilados, julgar os culpados e acima de tudo fazer um País Novo, no respeito mútuo das ideias de cada um e na cívica e democrática aceitação da maioria.

E agora? Agora há que

trabalhar, assumir novas atitudes perante o trabalho. Finalmente a todos nós cabe fazer um País Novo, a todos nós e finalmente, atribuída a responsabilidade de o fazer.

Há que renascer em todos o sentido da responsabilidade da nossa profissão, das tarefas que nos cabem, das missões que nos são atribuídas.

Que aqueles que se consideram «chefes» saibam transformar-se em dirigentes, que aqueles que se consideravam comodamente subordinados, se saibam transformar em colaboradores e em dirigentes, começando por se dirigirem a si próprios.

Que o trabalho seja olhado pelo capital, dignamente, sem paternalismos, sem prepotências, sem hipocrisia, numa conjugação de esforços e nunca como uma relação de forças.

Há que conjugar aptidões, compreender justos interesses, eliminar servilismos.

A hora é de regozijo e não de apreensão, há que imediatamente iniciar uma arrancada económica, subordinada a uma preocupação de eficácia, planejar o que queremos, podemos e devemos ser, promover investimentos realmente produtivos, estimular a iniciativa, venha de onde vier e desde que compreenda e aceite os interesses maiores do Povo Português.

Mas para tudo isto não há que esperar que alguém o faça, somos nós, nós todos que, dentro de nós, no âmbito da nossa actividade, no nosso posto de trabalho, lhe devemos dar início imediatamente. Portugal agora somos nós e será aquilo que formos, aquilo que fizermos porque Hoje temos Liberdade, Hoje somos responsáveis, Hoje começamos.

Guterres, António

1975 — Ano de eleições

António Guterres

PASSADAS as primeiras horas de entusiasmo popular, vivida a jornada do 1.º de Maio, sentido o intenso frémito de transformação que vemos mobilizar por toda a parte sindicatos, cooperativas, associações e mesmo até algumas das mais veneráveis instituições, é tempo de pensar seriamente Portugal.

É também tempo, pela primeira vez há muitos anos, de nos propormos uns aos outros o Portugal que pensamos, com as palavras reais, sem o recurso nos rodeios e metáforas que a força do hábito necessário enraizou ao nível da nossa própria reflexão.

Temos de reaprender a chamar sempre socialismo ao tal sistema económico mais justo ou mais humano, classes trabalhadores à tal larga maioria da população ou aos tais estratos menos favorecidos do processo económico e social. Temos, cada um de nós, de saber traduzir o Portugal que pensamos em opções claras, face às quais todos nos sabemos consistentemente situar.

O País vai ter um ano para escolher um rumo. E se é certo que as pequenas transformações que vamos fazendo são já em si

sintoma do rumo desejado, não é menos verdade que, no momento de votar, cada português, em Lisboa tal como em Bragança, terá de saber o que escolhe, em quem delega ou ratifica poderes, por que sistema económico e social opta e quais as consequências disso na sua vida de todos os dias.

É pois necessário que, a partir de hoje, saibamos todos ir tornando clara em nós próprios a verdadeira opção que enfrentamos.

Opção que se situa em manter na sua essência ou transformar em profundidade as estruturas que suportam a vida económica e social do País.

Opção que pode pois traduzir-se na aceitação das regras do jogo duma economia capitalista ou neocapitalista, de poder económico concentrado, no fundamental, nas mãos dos que hoje o detêm, baseando o seu desenvolvimento na inevitável exploração dos que trabalham e no escoamento a todo o transe de uma produção sempre mais diversificada e lucrativa, muitas vezes através da criação artificial das aspirações típicas das chamadas sociedades de consumo. Mas opção que também poderá assumir-se

pelo empenhamento na criação de um novo modelo de desenvolvimento, voltado para a satisfação das verdadeiras necessidades do Homem, através da construção de um socialismo que se quer livre e participado.

Não poderá ser no entanto no abstracto das ideias ou dos conceitos que se fará a escolha de nove milhões de portugueses. Daí que a tarefa fundamental dos que constituem a esquerda portuguesa deva ser o da procura colectiva de como se concretizará nas medidas de política e no dia a dia da vida de todos nós, o modelo que proporá ao País.

De como ele se traduz na resolução do problema da habitação, no balanço dos preços e salários, na qualidade de vida nas nossas vilas e cidades, na orientação dos sectores produtivos e nas condições de trabalho, na saúde, na cultura, na educação. E também de que forma seremos chamados a participar na gestão das actividades produtivas, da vida dos municípios, na definição dos objectivos dos Planos de Desenvolvimento ou na fiscalização das actividades do sector público.

É isso tem de ser feito em termos claros, acessíveis à maioria, que se prendam com a vida de cada um.

Falar, por exemplo, de luta contra os monopólios não basta, pois dirá certamente muito pouco a uma larga camada de portugueses e arrisca-se até a ser por muitos deficientemente interpretado. Também assim falamos os que madas políticas de fomento das pequenas e médias empresas.

Não é fácil a tarefa dos movimentos e partidos de esquerda no Portugal de hoje. Agora não basta o combate corajoso do passado em que contava fundamentalmente a denúncia firme da injustiça e da opressão. Hoje há que definir um programa, que parta do concreto da situação do País para a resposta às aspirações da maioria, para a construção que, por ter de ser viável, não poderá deixar de ser ousada, dum Portugal verdadeiramente novo.

É preciso que se evite a todo o transe a queda fácil na situação, tão vulgar infelizmente por esse Mundo fora, em que se abdica do poder-fazer, só para que se alcance o poder-estar.

Depois do 25 de Abril de 1974

DAS MEDIDAS IMEDIATAS (TOMADAS E NÃO TOMADAS À NECESSIDADE DE CUMPRIR O PRAZO DE UM ANO

ATÉ 16 do corrente mês de Maio será nomeado pela Junta de Salvação Nacional um Governo Provisório Civil.

Pareceu-nos útil principiar neste número a enumeração comentada de alguns dos problemas que o G. P. C. terá de enfrentar. Hoje, abordamos a política externa, a economia e a política social. Noutras datas, trataremos da educação, das finanças, do planeamento, da saúde, etc. O problema do Ultramar será constantemente abordado, por nos parecer ter importância decisiva na evolução dos acontecimentos nacionais.

Oito dias depois do Movimento Militar (misto de golpe de Estado clássico e de revolução social), caído o regime autoritário conce-

bido por Salazar, surgem duas questões essenciais: que novo regime vem substituí-lo? Como se assegura a transição para esse novo

regime, garantindo as conquistas democráticas do 25 de Abril?

A primeira pergunta tem cabal resposta no programa político do Movimento das Forças Armadas, de que é mandatária a Junta de Salvação Nacional.

Na verdade, ele prevê a realização de eleições gerais livres dentro de um ano para a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte, no âmbito da qual serão adoptadas as eventuais reformas de fundo da nossa estrutura política. Nessa altura, será discutida e aprovada uma nova Constituição, e substancialmente alterada a legislação ordinária em vigor.

Mas, até daqui a um ano, que problemas políticos urgentes devem ser resolvidos pela Junta de Salvação Nacional?

Podemos distinguir as medidas a adoptar em dois tipos: as que são anteriores à formação do Governo Provisório Civil e as que lhe são posteriores.

Problemas imediatos

Antes mesmo da constituição do Governo Provisório, a Junta tem de preocupar-se com a irradiação irreversível de forças reaccionárias do antigo regime e com a garantia de igualdade de oportunidades para todas as forças políticas, com vista a apurar-se a coligação governativa.

A Junta prometeu e tem executado a extinção da Direcção Geral de Segurança, da Legião Portuguesa e do que chamou Organizações Políticas da Juventude, bem como a detenção, para apuramento de responsabilidades de agentes das primeiras. A acção empreendida deve, contudo, prosseguir, atendendo ao número relativamente avultado dos membros daquelas instituições

que ainda se encontram em liberdade.

Também procedeu a Junta a uma substituição do pessoal político, ao nível do governo dos distritos continentais, dos distritos autónomos das ilhas adjacentes e das províncias ultramarinas. Simplesmente, conviria que a Junta se convencesse de que os substitutos são, na sua totalidade, também pessoal político vindo do período anterior.

No que respeita à garantia da livre existência de expressão das diversas correntes políticas, parecemos insuficientes as medidas tomadas pela Junta relativamente à Rádio Televisão Portuguesa e à Emissora Nacional, designadamente mantendo os seus presidentes e só nomeando uma Comissão

Administrativa Militar.

Também se impunha que a Junta definisse a sua posição, sobretudo se o novo Governo demorar algum tempo a formar-se, sobre o funcionamento dos partidos e associações políticas existentes.

A sua actividade é um facto à exigir um estatuto legal, mesmo transitório, versando problemas como o da instalação, financiamento e meios de acção, designadamente o acesso aos diversos meios de comunicação social sujeitos a controlo público.

A formação do Governo Provisório Civil que se espera para dentro de oito dias, só ganhará com uma certa preparação prévia, permitindo o aparecimento e expressão de várias organizações políticas.

Problemas do Governo Civil

Ao Governo Provisório Civil vão levantar-se vários problemas. Uns relacionados com a gestão política corrente, outros com a preparação das eleições gerais livres no curto espaço de menos de um ano.

Entre os primeiros inclue-se a satisfação das reivindicações políticas formuladas por múltiplos sectores e comprimidas sobre o regime anterior.

O Governo Provisório, ao satisfazer essas reivindicações deverá ter a preocupação de consolidar a sociedade agora projectada para o futuro e de impedir a formação ou fortalecimento de situações de privilégio que falseiam ou boicotem a vivência democrática.

Quanto à preparação do acto eleitoral constituinte, há a distinguir dois tipos de medidas. As medidas de natureza especificamente políticas e as medidas de ordem social e económica, que garantam a eficácia das primeiras.

Naquelas, merece um lugar de relevo a futura lei eleitoral. Ela consagrará os mecanismos reguladores do exercício democrático do direito de eleger e de ser eleito para a Assembleia Nacional Constituinte. Algumas sugestões recordamos desde já: o reconhecimento do direito de voto aos cidadãos de idade superior a 18 anos, o reconhecimento do mesmo direito aos portugueses emigrantes, a possibilidade de acesso equitativo dos vários candidatos à Televisão e à Rádio. Outros pontos fundamentais merecerão mais

longo debate, como a divisão do território em círculos eleitorais, o tipo de sufrágio adoptado, a existência de uma ou mais voltas, as condições de propositura e a tramitação das candidaturas.

Para já, interessa que fique bem claro que o resultado final das eleições será, em grande medida, dependente do conteúdo da lei eleitoral, e esta, por sua vez, dependerá da composição do Governo Provisório Civil.

Mas não basta. Interessa ainda que, rapidamente, sejam publicadas leis fundamentais reguladoras dos direitos de reunião e de associação. Quanto a este último, parece indispensável que a lei estabeleça requisitos mínimos de representatividade dos partidos e associações po-

líticas existentes ou a criar. Também convinha que, de uma vez por todas, se distinguisse o partido da associação política. Aliás, cumpria fomentar o associativismo de base sob todas as suas formas, através de legislação que abrangesse desde as associações de desenvolvimento económico e social até às associações e cooperativas de desenvolvimento regional, passando por associações e cooperativas de índole cultural. Um caso específico a merecer urgente revisão é o das associações de estudantes.

Dentro da efectiva reforma das estruturas do ensino deverá caber uma base legal para um sistema democrático de associações e federações estudantis, com filiação internacional.

Lei da Informação

A medida de abolição do Ex-lme Prêvio administrativo demonstrou à sociedade que os meios de comunicação social se encontravam perfeitamente aptos para exercer uma efectiva liberdade de expressão. Num período excepcionalmente difícil, como o são sempre os de transição, a imprensa portuguesa, por exemplo, tem revelado uma frieza e uma insensação no tratamento dos factos e das pessoas, tanto mais evidente quanto ela tem manifestado as suas claras opiniões políticas.

Interessa pois rever a lei de Imprensa promulgada

pelo antigo regime, desta feita elaborando-se uma lei da Informação, que abranja também outras modalidades de comunicação social. O princípio fulcral dessa lei há de ser o da inexistência de qualquer forma de controlo prévio ao conteúdo da informação, e a criação de um sistema de responsabilidade judicial, nos termos da legislação penal geral.

O mesmo abstracto deve inspirar a lei reguladora da liberdade de expressão do pensamento sob qualquer forma, fundamental para o exercício dos direitos políticos.



Alvaro Cunhal



Mário Soares

Medidas de segurança e crimes políticos

Prevê o programa do Movimento das Forças Armadas medidas — de grande importância — tendentes a assegurar, a curto prazo, a independência e dignificação do poder judicial, designadamente a extinção dos Tribunais especiais e a dignificação do processo penal em todas as suas fases. Também diz que os crimes cometidos contra o Estado no novo regime serão instruídos por juizes de direito e julgados em Tribunais ordinários, sendo dadas todas as garantias aos arguidos. As averiguações serão cometidas à policia Judiciária.

A extinção dos Tribunais especiais levantará a questão de se saber até que ponto cabem nessa categoria inúmeros órgãos de natureza "judicial" criados para os fins mais diversos. Não se vê como se possa proceder às alterações prometidas no domínio do processo penal sem modificações muito profundas no respectivo Código, para se não passar à confusão da sucessiva legislação extravagante.

Parece-nos inaceitável a não revisão imediata pelo Governo Provisório dos critérios ampíssimos de definição dos crimes políticos (crimes contra a segurança do Estado), bem como das medidas de segurança que lhes podem corresponder. De outra forma, poderá sempre o Governo, qualquer que seja a sua coloração política dominante, ameaçar e punir severamente os seus opositores dentro das fronteiras muito esbatidas da sua actividade política.

Um problema que se poderá levantar é o seguinte: deverá o Governo Provisório proceder a uma efectiva reforma da administração pública? Ou deverá antes deixar essa reforma para o órgão governativo que vier a ser formado: ao abrigo da nova Constituição?

A favor da primeira hipótese milita a necessidade urgente de dotar a Administração Pública portuguesa de uma orgânica, de métodos diferentes e de pessoal qualificado: para encarar as inúmeras tarefas impostas por um ano de mudança de regime.



Francisco de Sá-Carneiro

Em sentido contrário existem também diversos argumentos: a morosidade de uma revisão total do Código Administrativo e de várias leis orgânicas da Administração Central; a natureza provisória do Governo Civil; e a não antecipação relativamente ao regime político nascido da Constituição a elaborar.

Parece, portanto, aceitável que o Governo Provisório altere a orgânica governativa e de alguns sectores da administração pública, em que a mudança se imponha com maior

promência, mas não tente abalancar-se a uma reformulação global da administração pública.

As segundas deverão abranger desde as reformas sociais e económicas até às culturais e educativas.

Também prevê o Programa da Junta de Salvação Nacional a aplicação de medidas relativas ao exercício formal da acção do Governo e o estudo e aplicação de decisões preparatórias de carácter económico, social e cultural que garantam o futuro exercício efectivo da liberdade política dos cidadãos.

Assim, as primeiras medidas regularão, no fundo, a composição e funcionamento da organica governativa.

Prazos

E chegamos ao ponto mais quente do futuro próximo da vida politica portuguesa: será respeitado o prazo de um ano para a realização das eleições gerais livres?

Não pomos em dúvida a honestidade e a insenção com que as Forças Armadas Portuguesas fizeram ao país essa promessa. Mas são conhecidos muitos exemplos, parecidos, embora não análogos, em que o peso de certas circunstâncias levou à alteração de prazos estabelecidos para a institucionalização de um novo regime politico.

No nosso caso presente, não se pode dizer que esteja em causa a construção de uma sociedade

democrática em Portugal, porque tudo indica que exaltrará uma vida democrática, embora não institucionalizada, no ano pré-eleitoral. Mas, o que é adiado é o estabelecimento de muitas bases politico-legais para essa vida democrática, e, para certas correntes de opinião, a possibilidade de pacificamente transformarem o sistema económico existente no nosso país.

Comunistas e socialistas aceitarão, de bom grado, um Governo de coligação em sistema capitalista, como meio de realização, por via eleitoral, de uma sociedade socialista. Os social-democratas e sectores centristas também aceitarão a experiência de coligação, para institucio-

A graphic with a black background and white text. At the top, it says "Abril 1974" in a bold, sans-serif font. Below that is a large, stylized number "25". At the bottom, it says "Política interna" in a smaller, sans-serif font.

nalização de um regime democrático europeu. Todos terão presente o prazo de um ano. Que esse prazo possa ser garantido pela neutralidade cívica, intransigente das Forças Armadas. Qualquer que venha a ser depois o veredicto eleitoral.

Depois do 25 de Abril de 1974

Da abertura a Leste e a Sul as vantagens de uma nova imagem

NAS ÚLTIMAS décadas, Portugal foi sendo isolado no contexto internacional.

A política de Salazar assentou, sobretudo a partir dos anos 60, na tecla do «orgulhosamente sós». A era marcelista pouco conseguiu modificar a imagem externa e atenuar o cerco de que progressivamente fomos sendo vítimas. Houve, é certo, um acordo comercial com o Mercado Comum, mas sucederam-se as expulsões de organismos internacionais, acentuou-se a hostilidade não apenas dos Estados africanos, mas também de países europeus, como os escandinavos, e os próprios países amigos começaram a marcar distâncias (caso da Espanha) ou a apresentar discordâncias (caso do Brasil).

Na base do isolamento português, estavam o problema africano e a falta de liberdades cívicas (e a consequente inexistência de instituições democráticas).

A situação alterou-se, a partir de 25 de Abril. Recuperámos as liberdades fundamentais e apontam-se princípios de solução para o problema ultramarino.

Abril 1974

25

Política
externa

Em matéria de política externa, o Programa do M.F.A. — além de aderir aos princípios de independência, de igualdade e de paz e de não ingerência nos assuntos internos de outros países — propõe o alargamento e diversificação das relações internacionais com base na amizade e na cooperação. Estes propósitos, necessariamente genéricos, são concretizados pela afirmação mais concreta de que «o Governo Provisório respeitará os compromissos internacionais decorrentes dos tratados em vigor.»

Significa isto, antes de mais, que Portugal continuará integrado na NATO. NATO que, neste caso, se identifica como um bloco ocidental ainda dominado pelos americanos e a que corresponde uma concepção de sociedade que se opõe à do bloco comunista apoiado no Pacto de Varsóvia.

Mantêm-se também os tratados e acordos que nos ligam à Espanha (é de notar que o Pacto Ibérico foi invocado na imprensa do país vizinho, quando dos acontecimentos de 25 de Abril) e ao Brasil (cujo interesse pelo Ultramar português havia crescido nos últimos meses do anterior regime).

Além disso, continua em vigor o tratado comercial com o Mercado Comum, o que pode ser indício de que Portugal virá a procurar uma maior integração económica e política no complexo espaço europeu.

A deslocação a Londres do dr. Mário Soares faz ainda lembrar a velha aliança luso-britânica (e os interesses ingleses em Portugal).

Finalmente, ignora-se se existem acordos escritos com a África do Sul e eventualmente a Rodésia.

Dentro destes parâmetros — o mais importante dos quais será o da permanência na NATO — será de mover-se a nova diplomacia portuguesa.

União Soviética e China

Os objectivos de alargamento e diversificação das relações internacionais necessitarão, para poderem ser cumpridos, de imaginação, capacidade de negociação e contactos no estrangeiro.

A abertura será, naturalmente, para Leste e para Sul.

A Leste, temos, antes de mais, os países da Europa Ocidental. O regresso de Álvaro Cunhal, o reconhecimento de facto da existência e quase certa legalização do Partido Comunista Português e as conversações já realizadas entre os dirigentes do P.C.P. e a Junta de Salvação Nacional levam a crer que não será difícil o restabelecimento de relações consulares e diplomáticas com a União Soviética e os outros países da Europa Oriental.

Embora a já assinalada integração de Portugal no bloco ocidental pareça indicar que não estaremos entre os «não aliados», é evidente que a existência de laços diplomáticos com a Europa de Leste nos abrirá caminhos para a normalização de relações com vários países do Terceiro Mundo e criará pontes e eventualmente influências nos contactos a estabelecer com os movimentos de libertação dos territórios africanos. Além disso, as relações diplomáticas provocarão, como é evidente, uma intensificação das trocas comerciais com o bloco soviético.

Vantagens idênticas para Portugal terá o restabelecimento das relações diplomáticas com a China,

que, do ponto de vista português, não seriam incompatíveis com a estabelecer com a União Soviética (pelo contrário, a nossa posição saíria reforçada). A China, como a União Soviética, são duas grandes potências cuja existência e força não é possível ignorar e emite as quais o Governo Provisório de um país membro da NATO não será obrigado a optar. No caso chinês, acrece o misteriosa (ou não?) sobrevivência de Macau, ainda agora confirmada pelas palavras do representante oficial de Pequim, quando da recondução (única entre os Governadores ultramarinos) do general Nobre de Carvalho.

Árabes e Africanos

No que toca à abertura a Sul, há um longo caminho a percorrer para normalizar a nossa posição perante os países africanos. Esse caminho passa, obviamente, pelo mundo árabe, com o qual temos tantas afinidades históricas. Será, muito provavelmente, preciso rever a posição indirectamente pró-israelita, tomada durante a guerra do Kippur, com a autorização (ou a não proibição) da utilização da base das Lajes pelos americanos. O facto de ainda mantermos algumas ténues ligações com alguns países árabes leva a crer que será através deles, designadamente o Egipto, que as diligências começarão.

Na África ao Sul do Saará, tudo ou quase tudo está por fazer. As conversações já episodicamente estabelecidas com alguns países da «linha branda», como o Senegal ou a Costa do Marfim, as relações pessoais de alguns chefes portugueses com líderes africanos e as relações já existentes com o Malawi poderão constituir um ponto de partida. Será, por outro lado, interessante, observar qual o papel futuro, do «ex» Jorge Jardim, que, até aqui, funcionava como negociador (não oficial, mas com latos poderes) não apenas no que respecta ao Malawi (do qual é Côsul-Geral na Beira), mas também à Zâmbia (e, ao que parece, à Tanzânia).

No sector africano, há ainda que referir os movimentos de libertação com os quais haverá que procurar ter contactos, directamente ou através de intermediários. Também neste aspecto a participação do Governo Provisório Civil de comunistas e socialistas poderá vir a ser vantajosa.

Enocetado o processo de negociação com os países africanos, será possível iniciar processos de negociação paralelos com pa-



ses do Terceiro Mundo que, por solidariedade com os países africanos ou por outras razões, cortaram (ou nunca tiveram) relações diplomáticas conosco. Neste capítulo tem particular interesse a atitude que o Governo Provisório Civil assumirá relativamente à União Indiana; o contentoso de Goa está por esclarecer.

Estados Unidos e Europa

Quanto às relações com o bloco ocidental, é de presumir que se desanuvem as tensões provocadas pelo problema de África. Os países que nos hostilizavam podem mudar de atitude. E os que (mais por necessidade própria do que por ligações com o Governo vigente) não praticavam uma política de franca hostilidade podem agora manifestar com mais clareza as suas intenções.

A diplomacia portuguesa dispõe presentemente de outro espaço de manobras e terá que saber aproveitá-lo. Se realmente nos na crítica dos Estados Unidos, é possível que se estabeleçam relações de maior proximidade com os Estados Unidos. O facto de os Estados Unidos serem um país que se preocupa com o regime espanhol é um facto que não pode ser ignorado.

Relativamente à Europa, desapareceram os obstáculos que impediam uma ligação mais íntima. Portugal tem agora fortes probabilidades de principiar a negociar um tratado de asso-

ciação, fórmula intermédia para a aquisição do estatuto de membro de pleno direito.

As interrogações políticas que o problema europeu levanta (a própria associação já implica uma adesão política) e o estado de desentendimento em que a crise da energia e das matérias-primas lançou a Europa do Norte, podem levar o Governo Provisório Civil a não tomar decisões definitivas até às eleições.

Espanha e Brasil

Restam os casos especiais da Espanha e do Brasil.

Em Espanha, o Governo recata, como é óbvio, as consequências internas que o 23 de Abril possa vir a ter. Em largas camadas de população espanhola a nova vida política portuguesa suscita naturais sentimentos de inveja. Nas primeiras horas do pronunciamento de 23 de Abril, houve mesmo quem recosasse que, invocando o Pacto Ibérico, tropas espanholas entrassem no território nacional. Claro que tal não sucedeu. No entanto, um sobrinho de Franco, com muitas relações em Portugal (por aqui ter passado parte da sua juventude) verificou a situação com membros da Junta, dando conta das preocupações do regime espanhol.

É provável que o Governo espanhol reduza ao mínimo indispensável as suas relações com a Junta de Salvação Nacional e o Governo Provisório Civil. Como Álvaro Cunhal sugeriu ao chegar a Lisboa, as relações com a Espanha positivamente, congelarão e entrarão numa sim-

ples «coexistência pacífica».

No que respecta ao Brasil, as coisas passaram-se em sentido inverso. Nos últimos meses, o «Jornal do Brasil» começou uma campanha oficiosa que muito resumidamente defendia a seguinte tese: o Brasil tem legitimidade para se pronunciar sobre as colónias portuguesas de África, não só porque a língua é comum, mas também porque Angola é a fronteira leste do Brasil da qual apenas está separado por um pequeno «slag» chamado Atlântico Sul, percorrido em seis horas de voo; Portugal tem uma «vocação atlântica» e, se insistir na sua «vocação europeia», acabará por ser dominado pela Espanha; o Brasil entende que, para uma evolução positiva da comunidade afro-luso-brasileira, Portugal deve conceder a independência às suas colónias africanas; se Portugal não o fizer, o Brasil deverá desvincular-se de votos favoráveis ou de abstenção na ONU e, de qualquer modo, incentivar a sua política de boas relações com os países africanos inimigos de Portugal.

Esta tese não terá sido abandonada pelo Governo de Ernesto Geisel (o tom geral da imprensa brasileira é favorável à Junta de Salvação Nacional) e, em «Jornal do Brasil» há artigos de «Portugal e o Futuro».

Ab o Governo Provisório cabe estudar as propostas brasileiras (que Marcello Caetano reafirma indirectamente num dos seus últimos discursos) e determinar até que ponto elas interessam ao País e qual o preço que o Brasil cobra pela realização da nossa alegada «vocação atlântica».

Diplomatas e emigrantes

Estes e outros problemas terá o Governo Provisório Civil de enfrentar em matéria de política externa. Não está ainda claro o modo como irá governar e, portanto, não se sabe se se dedicará apenas aos assuntos correntes ou se procurará soluções definitivas.

Seja como for, em alguns casos não poderá remeter a decisão para o Governo definitivo que surgirá depois das eleições de 1973. Pense-se, por exemplo, na abertura a Leste e a Sul ou no reordenamento das relações com o bloco ocidental.

Pense-se também na necessidade de sermos readmitidos nas organizações internacionais de que fomos expulsos na época fascista (ou de ser admitidos naquelas onde nunca nos deixaram entrar, como o Conselho da Europa) e na imagem nova que temos de apresentar em todo o mundo.

Para isso, precisará o Governo Provisório Civil de diplomatas experientes e aptos. Nos últimos anos, tem-se acentuado o estilo nitidamente defensivo da nossa diplomacia, atacada por todos os lados, falha de argumentos, saturada de defender pontos de vista que ninguém aceitava e nos quais muitos dos próprios diplomatas (que os tinham de expressar) não acreditavam.

Chega agora a altura de se apurar quem são os verdadeiros bons diplomatas (que existem na carreira e, por desinteresse ou por uma falsa política de colocações, nem sempre têm emergido) e de alargar o quadro, remunerando-o convenientemente. Será também ocasião de definir as funções e fixar as hierarquias dos diversos organismos portugueses que actuam no estrangeiro — Embaixadas e Consuados, Casas de Portugal, Delegações do Fundo de Fomento de Exportação — e de eliminar os que são supérfluos.

Finalmente, interessa relembrar que, entre as atribuições do Ministério dos Negócios Estrangeiros, se encontra a protecção e o acompanhamento das colónias portuguesas residentes no estrangeiro. Nem sempre tal atribuição tem sido cumprida com a indispensável eficiência e com o carinho que deveria ser proporcionado a quem saiu do país para ganhar a sua vida em melhores condições. Os emigrantes portugueses de todo o mundo merecem essa eficiência e esse carinho.

Perucho, Almeida



Dois estilos de trabalho

«SE APARECESSE agora alguém do MRPP a gente chegava para eles», exclamou em voz alta na bancada do Estádio de FNAT um jovem de braçadeira da CDE contemplado a multidão que aí se reunira para celebrar, de um certo modo, o seu primeiro 1.º de Maio.

Tal desabafo continha em si uma crítica — ainda que incoerente por parte de quem a proferia — aos dois estilos de trabalho adoptados para o esclarecimento das massas agora livres para discutirem os grandes problemas actuais: guerra, poder operário e camponês, independência nacional e o lançamento das bases para uma República Democrática e Popular.

O chamado Movimento Democrático apoiando-se no Programa Política da Junta de Salvação Nacional (Programa que em linhas gerais pouco difere do texto que a CDE elaborou com vista às eleições legislativas de 1969, excepto na parte respeitante à guerra e à forma de terminar com ela), convocou para o ex-

Estádio 28 de Maio um comício político, não demonstrando então capacidade de o transformar numa verdadeira e completa jornada de esclarecimento dos trabalhadores em relação aos problemas que os oprimem.

A reunião política do 1.º de Maio organizada pelas forças da dita Unidade Democrática dividiu-se em duas partes distintas: aquela em que discursaram alguns representantes sindicais e a outra onde pontificaram as «figuras» de alguns agrupamentos políticos que a constituem.

As declarações políticas de ambas as partes são já do conhecimento público através dos Órgãos da Informação e poderão ser encontradas em síntese no nosso local do nosso jornal.

O acento nas reivindicações económicas e o empunho de alguns dos oradores do Estádio de FNAT em transformarem, em bases que consideraram mais «democráticas», o aparelho de Estado herdado do anterior regime, sobrepôs-se, em grande parte,

aos apelos para a necessidade tomada do poder por parte dos operários e camponeses sob a direcção da classe operária; ac sin imediato e sem discussões prévias da guerra em África e consequente independência nacional dos povos de Angola e Moçambique; e ainda ao reconhecimento da República Camão-Bosset.

As palavras-de-ordem que faltaram no Estádio de FNAT puderam ouvir-se nas ruas da parte Baixa da Cidade preferidas pela extrema-esquerda. A capacidade demonstrada na iniciativa de se ocupar as ruas para aí se discutir com as massas a guerra, o poder operário e camponês, a revolução Democrática Popular e a independência nacional saiu-se em vários comícios organizados ao longo dos itinerários percorridos e onde o internacionalismo proletário também teve o seu lugar nas vozes de um representante do MPLA e de um militante italiano. — Almeida Perucho

Santos, F. Brederode

Dispensou-se a polícia de choque

MANIFESTAÇÃO sem correntes, sem laços, sem pedras arremessadas aos passantes, sem estufantes e apertões de olhos virados para os manifestantes, manifestações sem polícia de choque, sangue, ambulâncias, cartilhas policiais entregadas de corpos agredidos e silêncios de casais, manifestações sem a saúda da repressão, os aspectos da prisão e das torturas — quem aí se registrou, para Lisboa, aqui há dois dias?

O presente da legalidade mais profunda, que é a convocada ao nível da polícia, não se mostrou, porém, no momento 1.º de Maio, aquele último impensável de manifestações de rua, que mesmo apertadas. Manifestar-se desfilando por Lisboa e comandado por Liberdade, por Paz, por Fam, por L., por Democracia, pela Independência Nacional não é, tanto o que mostra gente com-ditória, vai sempre como qualquer outro para a libertação de "independência" e a expressão de mais um dia do julgamento nacional, antes da chegada do novo mundo. Frente a possi-

bilidade de expirar na rua, com presença, gritos e cartazes, as suas aspirações colectivas, o povo da capital virou, inicialmente, viros costas ao caso por suas preocupações exclusivas: futebol televisado, cinema, comédias.

Em uma das ações coladas da insurreição — onde de quarta-feira passada. A que o povo de Portugal não adormeceu para a política desde a derrota de 58, a derrota do "general-sem-tudo"; a de que a política, "tira-se de bem estar em sociedade"; é a constante dos sonhos dos povos de todo o mundo, o interesse latente que o mais sério dos regimes repressivos jamais poderá liquidar. Terra, Liberdade, Democracia, Independência Nacional. Não se tratava de cidadãos atraídos pelo confronto com as forças de uma ordem odiada. Eram manifestadores a tal da sua vida. Dispensou-se o grito do desafio ao perigo, dispensou-se o sustento da polícia de choque.

F. BREDERODE SANTOS

Isidro, João

O primeiro dia de Maio

A côr do 1.º de Maio

COMPARAR o 1.º de Maio de 1973 com o de 1974 é um ponto de partida, sobretudo quando só se esteve no Rossio, ao fim da tarde, como no ano passado. Desde fins de Março que, tal como durante o ano passado, as inscrições nas paredes da cidade convocavam para uma manifestação vermelha. Não com firmes empresas do estilo "manifestemos-nos", mas indicando o local e a hora.

A falta dos trabalhadores não necessita de justificação e, mesmo que a F.U.D.E. e a Polónia de Choque estejam à espera (em 1974) mesmo que a televisão transmita, em geral, a partir das 19 horas e 30 minutos, ao pago de futebol que poderia ter sido difundido um vídeo de Hansjörg pelas 16 horas, tem 1974, o trabalho segue, logo, porque em si exprime a força do movimento operário, cujos objetivos coincidem com a maioria interessada da História em relação à sociedade sem classes. Logo, porque o suor e o sangue dos produtores não se confundem com as lutas diversas que certos utilitarismos da política já demasiado cotada vivem num certo nível. Logo, porque a conquista do poder, que constitui hoje a destruição do aparelho burocrático e repressivo da sociedade assente. Logo, e só o olhar competente das forças que, há um ano, carregaram sobre os manifestantes, que importa? Para os que foram ao Rossio, ao fim da tarde do passado 1.º de Maio, a natureza da luta não se modificou. Os "caducos" continuam divididos, em classes. Poucos em comparação com aqueles "Anadã sempre milões", dita um grande número dos produtores.

O "caso-tipo" e o domínio dos meios de comunicação de massas são os mesmos de sempre. E os métodos, que em vez do domínio do trabalho se viram de identidade e igualdade com o trabalho "vermelho" — luta com o símbolo da classe operária — empresa encimada pela polícia, símbolo do movimento, mas são universais) a repressão. Porque a disciplina da revolução, a militarização das fábricas, escolas, centros de trabalho, que queriam ser ensinados, de forma bem sucedida na carne, porém, a disciplina do aço com que foram atingidos "a conquista do poder", em 20 de Abril da cidade de Paris, que

chegaram para justificar o vermelho, para não citar Ribeiro Santos, cujo rasto foi, na quarta-feira passada, o motivo central de dezenas de cartazes; mas, na TV, dá-se que se trata de sêculos de ilustres.

A manifestação e os comícios

Começou com um comício, junto à estação, no Rossio. Deu a volta à praça e, na Rua do Ouro, mais um comício. Gritava-se: "O poder aos operários e camponeses", "Guerra ao Foco e à Luta Colonial" e, à cadência do passo, "Viva, Paz, Terra, Liberdade, Democracia e Independência Nacional".

O serviço de ordem organizado pelo MRPP, identificado por bandeirolas vermelhas com uma seta preta bordada a amarelo, mantém a disciplina proletária reivindicada por um orador que, no comício dos Restauradores, explicou os porquês da discordância dos defensores da República Democrática Popular em relação ao programa do Movimento das Forças Armadas em termos muito simples: "enquanto os que não trabalham engordarem à custa dos que trabalham, só poderemos gritar que 'o povo vencerá' apesar das opalões de certos senhores que dizem que já temos, todo o alicerce necessário para a construção da Democracia Popular em relação ao programa do Movimento das Forças Armadas, que contém a semente da nossa vitória".

Antes dos Restauradores, a manifestação estava na Praça do Comércio onde, depois de ter adoptado unanimemente as palavras de ordem "Bem mais um embarque" e "Os soldados são filhos do povo" dirigiu aos membros guardados por grandes contingentes de tropas, se realizou novo comício, tendo como principal orador um angolano que, em nome de seu Povo e do MPLA, conclamou a juventude a não embarcar para África, visto que os combates em que deve participar devem ser travados aqui.

A manifestação seguiu pela Avenida da Liberdade e só depois da meia-noite dispersou, na sequência de um comício no Largo de Santos, frente à residência de José António Ribeiro Santos, militante do MRPP assassinado pela PIDE a 12 de Outubro de 1972.

A defesa, realizada na prática, da organização autónoma dos verdadeiros comunistas e da classe operária em geral, foi o ponto de fundo político que demarcou a manifestação do MRPP de todos os restantes, num 1.º de Maio que dizem ter sido o primeiro por ultra e graças de uma simples autorização, quando, desde Março, repetiram, as paredes convocavam o Povo para o Rossio, 19 horas e 30 minutos.

É era para um 1.º de Maio Vermelho. E foi.

JOÃO ISIDRO

Gomes, Victor

Lisboa -quarta-feira-ano I

LISBOA assistiu, na última quarta-feira, a uma intensa manifestação de respeito do povo, festejou até altas horas da madrugada o Dia do Trabalho e a sua reconquista da liberdade.

Em várias outras manifestações repartidas, em última análise a grande assembleia popular percorreu todas as ruas, milhares de automóveis que circulavam em fileiras de grandes e de filas, ergueu-se um grito quase constante de que "o povo sempre será vencedor".

Logo no princípio da tarde, grandes grupos de pessoas organizadas aproximavam-se da Alameda D. Afonso Henriques, em sua de gente que dançavam no grande espaço e em breve constituíram numa verdadeira zona festiva. Era esse o sinal da reunião convocada para as 3 horas da tarde, para a chamada "manifestação dos sindicatos" e que foi, afinal, de toda a gente; seguia depois para o estádio da FNAI, já rebatizado "Estádio 1.º de Maio" e as inúmeras faixas bem erguidas acima das cabeças pediam coisas, afirmavam outras: "Ouvir Alvaro", "Até que enfim!", "Direito a ser-

Os sindicatos estavam lá com os novos nomes. E os partidos políticos também, com os já antigos militares, Sindicatos dos Bancários, dos Taxistas, dos Empregados de Escritório, da Marinha Mercante, da Construção-Civil, Metalúrgicos e Jornalistas, Esportivos e Profissionais. Estavam lá os eranos vermelhos de um primeiro de Maio e de tudo o que vai começar. Era também o primeiro grande grito da maioria silenciosa, daquele massa que não são as palavras, mas que sabem falar sem palavras, porque sabem que não sabem falar porque

quis, porque era feriado e porque, sabe-se lá, era uma boa maneira de começar a ganhar a liberdade de ir e vir sem ser apedrejado.

Estavam lá a CDE, o Partido Socialista, o Partido Comunista, algumas bandeiras vermelhas só e vendidas pela metade. Alguns vermelhos outra vez, nos cabelos das mulheres, nas mãos das crianças, nas bocas das crianças que a tropa passava a tiracolo. E muitos jornalistas, operadores de rádio e de câmara, de TV. Observadores políticos também de lá estavam, como que era caso para isso: talvez à espera de um incidente, de um barulho que destoasse dos vivas, um uso só. Foi não houve quem chamasse aquele 1.º de Maio o "dia da liberdade".

Havia um florista, na Praça de Lourenço, que usava a mercadoria pela janela, notando que, na circunstância, a mercadoria eram cravos vermelhos que os manifestantes penduravam na janela. E havia uma pequena carroça, com um homem, dois garotos e um cão. E o burro, claro, que a puxava com curta ganeta, engalgando a florista, nada impressionado pelo barulheira dos automóveis, trote certo e aviação abaxio.

E, nos edifícios que ladeavam as ruas, as pessoas sobressaltam às vezes entre as colunas, as bandeiras nacionais, as serpentinadas e as flores. Salientavam-se porque gritavam: "Povo a vencer", "Alto e baixo", "Liberdade", "1.º de Maio", "Obrigatório de pré-sinalização de trânsito: um uso só agora insuportável, mas é que a invenção do povo não tem limites. Se lho conhecemos, claro.

E no estádio e à volta dele havia

um mar de gente. Muito mais do que para assistir a um futebol, mesmo de primeiras. E com um civismo que nenhum estádio tinha nunca visto rondar-lhe os autônticos, pois as passadizas respiradas-se com sorrisos e as catoveladas não se respondia nada; não havia pressão, o dia estava bonito, todos iam para o mesmo lado. Não havia catoveladas.

Critou-se a plenos pulmões, até as gargantas protestarem. Cantou-se o hino nacional e outras músicas; pulso-se o fim da guerra em África e o poder para o povo. Denunciou-se na "Grândola Terra Morena", mas ninguém se importou com isso, excepto talvez, o Zé Afonso.

Depois foi lá dentro, baracadas, piquês e estádio de jogo, que se era levado precária de um par de minutos para se recompor. Lá dentro era o campo desportivo, abarrotado de gente, de gente que fazia um cantinho, mas um cantinho de espaço para mais gente entrar. Até que foi o máximo e os portões fecharam, milhares de pessoas ainda de fora.

Falaram então os homens dos sindicatos, denunciaram crimes públicos, daquelas que toda a gente reconhecia mas nunca tinha ouvido proclamar a oitenta ou cem decibéis. Essas verdades do tamanho de punhos eram ouvidas no meio de aclamações consecutivas. E as medidas que se precipitavam, com o som de sabão e outros gritos de aprovação. E o silêncio também.

Quando chegou a vez dos homens políticos, o povo escutou como nunca lho tinham permitido as contradições das manifestações "espontâneas".

Falou o professor Pereira de Moura e disse que o 1.º de Maio é a vitória de "todos nós". Mas que falta ainda o pão e a educação e o direito a um trabalho em condições humanas. Mas que o programa do Movimento das Forças Armadas veio ao encontro das aspirações de todos. O povo identifica-se com ele, e o povo unido jamais será vencido.

Vesio Nuno Teófilo Pereira destacou contornos de católico e disse que a antiga designação de progressistas deve ficar enterrada com o fascismo. Como "o aparelho eclesiástico e a hierarquia da Igreja católica eram dos mais importantes sustentáculos do fascismo", agora há que usar métodos menos compungidos para intervir na construção de uma sociedade nova, pois os cristãos lutam "mutuados com os portugueses para um socialismo humano e total". Libertação dos povos oprimidos.

E depois Mário Soares, que a multidão esperava. Disse que "valeu a pena ter lutado e sofrido para assistir a esta festa".

Disse também que era uma vergonha andar-se na caça aos pidos, (asim mesmo) e permitir-se que os sinistros Teófilo, Tomás e Caetano estivessem "de férias na Madeira". Pediu julgamento, mas não em plenário, Tribunal comum e com garantias de defesa. O povo delirou e aploou. E Mário Soares diz: "as bases sociais do fascismo e os corruptos deste baronato político" conseguem cá e são agentes do capitalismo estrangeiro. Denúnciam e depois propele. Depois de um dia de festa em boa ordem, "que não a ordem do terror, que esta não queremos

cá", há muito trabalho a realizar e a liquidação imediata da guerra não é tarefa menor. Estabelecer o diálogo com os movimentos nacionalistas africanos para defender os portugueses que lá estão. Negociar para acabar com a guerra.

E depois, agora será um trabalho com provinho para os que trabalham, não para os parasitas. Desse se a impressão que o povo estava bem informado de ouvir coisas como estas.

Já para o fim, foi o dr. Alvaro Cunhal. Parece difícil encontrar a imagem de uma lupa revolucionária das manobras de Peniche com um regresso apoteótico. Mas não é, cabelos muito brancos e cabelos nos de então são evidência com valor sentimental. E a palavra que o povo encontrou também conta: "Se alguém queria saber quem são os sentimentos, as vontades e os objetivos do nosso povo, este dia deu-lhe a resposta".

Decidiu firme de liquidar o fascismo e os seus restos e de instaurar a democracia. Um apelo também para que o povo se organize, se politize, se responsabilize em suma. E um voto: "que no 1.º de Maio do próximo ano, tenha lugar uma grande manifestação e uma grande parada das Forças Armadas".

No fim foi o Hino Nacional tocado pela banda e cantado de pé, comovidamente, pelos que estavam dentro do estádio e pelos que nas ruas em volta permaneciam sem arredar. A liberdade tem um som forte e imenso mesmo quando não são centenas de milhar de pessoas que a proclamam. Mesmo temperada com algumas lágrimas com que a fraqueza dos homens salpica as multidões.

VICTOR DIMAS

Damas, Victor

Pequena história do 1.º de Maio

A COMEMORAÇÃO do 1.º de Maio tem a sua origem numa resolução do Congresso das Trade Unions, reunido em Chicago em 1884 e tendo decidido que, a partir do primeiro dia de Maio de 1886, a jornada de trabalho seria de 8 horas.

Em 1889, em Paris, O Congresso Operário decidia organizar uma grande manifestação do proletariado, que, no entanto, só viria a concretizar-se em 1890, não sem graves dissidências de partidos socialistas. Os operários portugueses estiveram representados no Congresso de Paris através dos delegados M. Luís Figueira, tipógrafo, e F. Viterbo de Campos, marceneiro.

A Lei dos três oitos

A história do 1.º de Maio é, em última análise, a da longa batalha das reivindicações do operariado de todo o Mundo, resolvido, após a criação da Internacional Socialista em 1864, com a célebre exortação de Carl Marx «Proletários de todo o mundo, uni-vos!», a combater a opressão do capital por todos os meios ao seu alcance. A greve foi uma das armas mais eficazes para chamar à razão o empresário detentor de todas as bênçãos pro-

porcionadas pela força do capitalismo.

O movimento que mais tarde se expandiu até ganhar criatum universal, começou na América em 22 de Fevereiro de 1889, com a realização de comícios em 210 cidades, prolongados a 4 de Julho, em 311 cidades e em 2 de Setembro em 420 aglomerações urbanas. Avultavam as manifestações realizadas nas cidades mais industrializadas.

Entretanto e por toda a parte, crescia o anseio de ver respeitada a conhecida lei dos três oitos proposta pelo Congresso Internacional dos Trabalhadores de 1889: oito horas de trabalho, oito de estudo e oito de descanso para todos os trabalhadores.

Na Europa, a França, a Inglaterra, a Bélgica e até a Suíça viam crescer com espanto a força proletária que exercia o direito à greve sempre que o achava oportuno em protesto e represália para com as forças opressoras do trabalho. As primeiras manifestações do 1.º de Maio na Europa criaram, como haviam já feito na América, uma reacção do capitalismo, mesclada de espanto e receio. Em França, aquando da manifestação de 1890, o governo mandou ocupar pelos militares o edifício da Bolsa do Trabalho, em Paris, e valem-se de medidas repressivas extremamente duras para

«acalmar» os manifestantes. No ano seguinte foi ainda pior, tendo as intervenções das forças da ordem então vigente, provocado, em Fourmés, 10 mortos e mais de uma centena de feridos graves.

Com a internacionalização do 1.º de Maio, a causa das oito horas de trabalho ganhou terreno e em alguns países esse período de trabalho foi oficializado. A Inglaterra adoptou-o para os serviços públicos com «bons resultados».

Então e desde que o 1.º de Maio entrou no programa da Internacional Socialista, nunca mais deixou de ser observado como festa do Trabalho, e as suas principais reivindicações passaram a fazer parte de todos os programas das organizações socialistas e sindicais espalhadas pelo mundo.

O 1.º de Maio em Portugal

Em Portugal, o socialismo contou com bons patronos desde a sua origem. Após a Comuna de Paris, idealistas como Sousa Brandão e Antero de Quental viram as suas fileiras crescer com milhares de adesões. Oliveira Martins e José Fontana viveram também o ideal prole-

tário e o segundo criou, em 1872, a «Fraternidade Operária». A seguir começavam as greves. Azedo Gueco foi um dos incansáveis promotores da união dos operários e actuou como mentor esclarecido de outras inúmeras agremiações.

A primeira manifestação dos trabalhadores portugueses só teve lugar em 1890, mas já no ano anterior, Luis Figueira e Viterbo de Campos tinham representado o País no Congresso Socialista, de Paris, onde o primeiro chegou até a presidir a uma reunião.

Tal manifestação realizou-se por iniciativa da Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa que convidou a Associação dos Cantoneiros, a dos Tancos e Carpinteiros, a dos Estucadores, Rolheiros, Padeiros, Ferreiros, Manipuladores de Tabaco e Chapelheiros. Um dos dirigentes mais notáveis foi L. Figueiredo, que emitiu opinião, exarada em acta: «A manifestação deve ser um passeio ao campo» (César Nogueira, in O 1.º de Maio).

Mas em O Primeiro de Janeiro, nessa ocasião, escrevia Teixeira Bastos que «em nenhuma parte do mundo as manifestações do 1.º de Maio adquiriram a intensidade sentimentalista e revestiram tanto a forma simbolista que este

nós tomaram. Explica-se isto pelo predomínio do sentimento sobre a razão.»

Essa não era, obviamente, a intenção do Congresso de Paris que havia preconizado reivindicações práticas e armas sólidas na luta de classes. Daí o tímido protesto do jornalista português, que não via continuidade de movimento em Portugal, pelo menos nos moldes em que a Internacional Socialista o havia lançado.

A apreensão dos espíritos abertos que entre nós seguem a evolução dos partidos políticos quase recém-nascidos, algumas vezes diminuída pelas intervenções de grandes figuras como o deputado Michelin, que apresentava, em 1894 e à Câmara de Deputados francesa um documento a pedir o reconhecimento do 1.º de Maio como festa nacional, era a maior parte das vezes agravada pelas inconsequentes (ou quase) tentativas que em Portugal se iam fazendo para acompanhar a força desencadeada pelas massas trabalhadoras de todo o mundo. Com razão para os homens de ideias largas, como mais tarde os longos períodos de mutismo, observados quase sem reacção durante as trevas das várias ditaduras, vieram confirmar.

VICTOR DIMAS

Mário Soares e Agostinho Neto — cruzamento em Bruxelas

O Dr. Mário Soares, Secretário Geral do Partido Socialista Português, chegou na quinta-feira depois de almoço a Paris, vindo de Londres. Antes de retomar o avião para Bruxelas, onde deverá entrevistar-se, na sexta-feira, com os dirigentes do Partido Socialista e com representantes do Governo belga, o dr. Mário Soares declarou que vinha a Paris na esperança de ser recebido pelo sr. François Mitterrand. Afirmou na mesma altura que estava extremamente satisfeito com a evolução da situação interior de Portugal, e aprovava sem reservas a acção da Junta Militar.

Também numa declaração feita à «Europe n.º 1», o dr. Mário Soares igualmente afirmou «que os grandes problemas só agora iam começar». Recordando o 1.º de Maio em Lisboa, o Secretário Geral do Partido Socialista lembrou que tinha terminado o seu discurso da véspera dizendo: «Camaradas, hoje é dia de festa, é a vitória, é a alegria, é a paz e a ordem. Uma ordem livremente conseguida». Recusando-se, por outro lado, a focar a sua eventual participação no próximo Governo Provisório («trata-se de um problema dependente da Junta Militar» afirmou), o dr. Mário Soares reconheceu «que ainda subsistiam riscos enormes» de um «retorno à ditadura» «porque havendo enormes dificuldades é preciso trabalhar, trabalhar depressa», acrescentou.

O dia de quinta-feira, em Paris, foi ainda marcado por uma declaração de Leopold Sedar Senghor, Presidente do Senegal. No decurso dum almoço organizado pela Associação dos Jornalistas do Ultramar o sr. Leopold Senghor falou do seu encontro em território senegalês com o General António de Spínola, então Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné. O Chefe de Estado Senegalês disse que tinha informado pouco depois os dirigentes do PAIGC. Relembrando a personalidade do General Spínola, Senghor declarou: «Acho-o um homem «aberto». Hoje o General e a Junta pronunciaram-se pela autodeterminação das províncias portuguesas ultramarinas. É um passo importante, e penso que não põem de parte a luta da independência».

Falando ainda a propósito dos contactos que manteve «toch o General Spínola, o sr. Senghor acrescentou que não tentou ocupar o lugar próprio dos movimentos de libertação nacional, mas que em todo o caso faria o possível para favorecer o diálogo. Do mesmo modo, fez notar no que se refere à África Austral.

Finalmente, tomemos em conta que um grupo de portugueses trabalhadores emigrados e exilados, reuniram-se na quinta-feira à noite em Assembleia na Place de la Muette em Paris para se dirigirem em seguida para a



Embaixada de Portugal, enquanto cerca de 200 pessoas ficaram diante das portas da Embaixada, uma delegação de uma dezena de portugueses era recebida para entregar uma petição reclamando principalmente «uma amnistia em geral» dar sem condições a independência aos povos das colónias portuguesas e a instauração dos direitos fundamentais, bem como a paragem imediata de todo o apoio militar, diplomático, político e económico em seguimento da dominação colonial portuguesa».

Esta manifestação decorreu na maior calma e os manifestantes dispersaram em seguida sem incidentes.

Agostinho Neto

Regressado de Londres e tendo permanecido na Escandinávia, o dr. Agostinho Neto, presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), cuja sede é em Brazaville, deu quinta-feira à noite em Bruxelas uma conferência de Imprensa, organizada pelo «Comité contra o colonialismo e o apartheid» e dirigida por Ferson-Madhy.

Definido o seu partido como o movimento mais activo para a libertação de Angola, o dr. Agostinho Neto declarou que seguia com o mais vivo interesse a evolução política em Portugal, mas que se mantinha na expectativa quanto às intenções do novo regime português perante os territórios africanos.

Focando em seguida a conclusão do livro do general Spínola, preconizando a Federação dos Territórios Africanos com Portugal, o dirigente nacionalista, afirmou que esta solução não o satisfaria, visto que o controlo continuaria nas mãos de Lisboa e o colonialismo transformaria-se a mais simplesmente em neo-colonialismo. «Nós somos colonizados desde 1482. Nós queremos a nossa independência completa. A nossa esperança reside

essencialmente no povo de Portugal, que, depois de ter sofrido durante mais de quarenta anos, deve ter isto em conta e obrigá a Junta a adoptar uma atitude democrática e realista. Nós combatemos o sistema não o povo português. As futuras relações entre Angola e Portugal dependem da atitude de Lisboa e não serão possíveis se não houver nenhuma ingerência da antiga metrópole nos problemas interiores dos territórios africanos».

Examinando também as novas dificuldades que poderão surgir, Agostinho Neto, acrescentou que a África do Sul não constitui para os territórios tornados independentes uma ameaça, a menos que ela seja ajudada por outras potências estrangeiras para defender aquilo que ela considera como espaço vital.

No que respecta a uma eventual proclamação unilateral de independência das colónias portuguesas, Agostinho Neto, não acredita nisso, pois segundo ele elas não representam nada face a 6 milhões de africanos.

Falta o problema das divisões existentes entre os partidos nacionalistas. Mas, também aí, o leader do MPLA se mostrou bastante optimista, afirmando prontamente que as contradições étnicas, raciais, sociais se resolverão por elas mesmas, quando não houver quaisquer infiltrações estrangeiras e logo que os angolanos sejam enfim, senhores em sua casa.

Respondendo em seguida a numerosas perguntas, o dr. Agostinho Neto não escondeu que o povo angolano, até por causa de uma colonização veia de 5 séculos, terá necessidade de uma assistência técnica externa para ultrapassar as primeiras dificuldades, designadamente as que resultam de uma insuficiência de quadros. O dr. Agostinho Neto, por outro lado, lembrou que o seu partido tinha declarado desde 1960 que era necessário respeitar os investimentos estrangeiros desde que sejam orientados no interesse do povo angolano.

Notemos por fim, que o dr. Mário Soares e o leader do MPLA se encontraram os dois em Bruxelas na sexta feira 3, e que estiveram com os mesmos interlocutores belgas, nomeadamente o ministro dos negócios estrangeiros, M. Van Elasslande, e os dirigentes do partido socialista. Afirmou-se que esta coincidência tinha sido «por acaso», mas os amigos belgas dos dois homens políticos, aconselharam-os vivamente a encontrarem-se para uma conversa sobre a descolonização da África portuguesa. O dr. Agostinho Neto, declarou ainda, quinta-feira à noite, que não faria nenhuma demarcação para encontrar o dr. Mário Soares, mas que se o Secretário Geral do Partido Socialista português o desejasse poderia encontrá-lo depois de convidado.

José Alves

Costa, João Bernard da

Os actos e as apostas



João Bernard da Costa

O acto e a aposta

HOJE, 30 de Abril, tenho na minha frente «O Século» e só de o folhear e de ler os títulos, mas uma vez me sinto no ambiente onírico que tem caracterizado os últimos dias. Se alguém há oito dias, completamente desesperado, tivesse redigido um jornal imaginário talvez não tivesse encolheu-quecido e desesperado o suficiente para esperar tanto. Porque — e confessá-lo e partir para a verdade — ninguém esperava que um Abril de Portugal viesse a ser Portugal a abrir-se. Ninguém esperava que o impossível acontecesse. Possível e impossível tinham-se tornado, para nós, palavras sinónimas.

Tinha havido o Delgado (e só falo das esperanças da minha geração), tinha havido o 11 de Março de 1959, uma noite inteira à espera; tinha havido Beja, o Santa Maria, 62, os primeiros anos dos anos 60 em que tudo isto parecia quase a cair, como burro em pé muito cheio de cartas, a um toque mais. Quando condenaram o Manuel Serra a dez anos de cadeia em 1963 lembro-me de ter pensado «será que estes tipos pensam que daqui a dez anos ainda cá estão?». Dez anos depois, numa noite de fim de ano, ia esperá-lo a Caxias, e eles ainda estavam. Depois passada a euforia desse início da década de 60, vinham outras razões de espera: a guerra colonial ia ser o coqueiro deites, o Velho por muito que durasse não iria durar muito. Mas a guerra durava e perdurava, o Velho morreu e tudo o que apareceu foi um falso sorriso para família, e uma mediocridade restaurada e aséptica e bem à medida das nossas frustrações, que vivia bem muito obrigado. E já que estou em tom metrológico, falo ainda do arripio pela Espanha abaixo que senti quando, vai para dois anos, um amigo espanhol me perguntou com o ar mais sério do mundo: «E quando morrer o Marcello que é que se vai passar em Portugal?». Assim vivíamos de esperar mortes que a mesma morte nos traziam. Assim íamos dizendo neste país: D'este país votavam com os pés (na expressão consagrada) dois milhões de portugueses, votavam com a Espanha dobrada do servilismo e de medo (o medo que tinha tudo) pelo menos outros tantos, votavam com um oportunismo e lucro mais bem alguns (os mesmos que agora viram a casaca com desenhos voltura estarrufadora), votavam os que combatiam em nome de uma esperança que se confundia com um sonho e eram exilados, presos, torturados, mortos; votavam em silêncio os espectros que todos nós um pouco fomos. País de mortos e de castrados, vasto campo de concentração verbalista e psíquico — Portugal tal como em si mesmo 48 anos haviam mudado. Esperava-se sem nenhuma concessão ao demagogismo fácil neste momento, à imagem e semelhança do que era, do que fomos.

Do que era? Do que fomos? As interrogações têm razão de ser em dois sentidos. Primeiro, porque deve ser evidente — e mal de nós se o esquecermos — que nada disso mudou da noite para o dia, ao som do «Grândola», das manifestações populares, da caça aos pídes, dos regressos e das libertações. Mas também, porque estes dias mostraram a quem saiba ver que a «ocosa mais silenciosa» (como se diz num texto de Maria Velho da Costa) era também a menos branda e que as energias ocultas eram muito maiores do que o que se poderia supor.

Dai a ambiguidade do momento presente. A 25 de Abril não houve uma revolução: o aparelho do estado permanece intacto, o regime caiu mas não o sistema. Quem

julgue que chegou a hora, no sentido de uma efectiva libertação e duma efectiva justiça, terá terríveis desilusões. Mas se é errado pensar-lo, é-o igualmente dizer-se que tudo ficou na mesma. O caminho já percorrido (mesmo que — hipótese a não excluir — venha a ser de novo barrado pelos mesmos ou por outros carcereiros) é num certo sentido, irrevível. O que se passou não é classificável em simples tema de «golpe de estado», pois que a insurreição popular que secundou o movimento das forças armadas, conferiu a este um carácter que em muito o ultrapassa.

Para que uma revolta se transforme em revolução

Dai a originalidade deste Abril. É que, contrariando análises teóricas clássicas (e não faltará certamente quem a ela o queira reduzir), se abriram, por um conjunto de circunstâncias, excepcionais possibilidades (e não digo nem mais nem menos do que isso) para que um movimento claramente demarcado e claramente situado possa dar início a outros que vão dar início a outros que vão muito para além dos seus objectivos iniciais. Isto é para que uma revolta se transforme em revolução. Se ficarmos pelo possível tal não sucederá, certamente. Se formos mais longe muitas surpresas nos podem esperar.

Para já parece evidente que a mesma guerra colonial que, nos anos 60, salvou o regime o fez cair pelo acumular de contradições e impasses a que se chegou. A operação que essa guerra significava para a população e para o exterior português — por sua vez obrigado à condição de opressor dos outros povos — talvez tenha permitido neste momento a coincidência de uma e de outro. Pois que se algo que os os dias que vivemos indelutavelmente nos demonstram é a condenação dessa situação de oprimidos-opressores, há a condenação da guerra obscura e criminosa para que, há cerca de treze anos se tem confundido Portugal. Por isso, a tarefa mais urgente e mais indelutável e o fim imediato dessa guerra, entregando aos povos da Guiné, de Angola e Moçambique um destino que a eles e só a eles pertence decidir qual seja e restituindo ao País a sua dignidade de povo livre. E nenhum povo opressor de outros o poderá ser jamais.

A Primavera de 1974 será o início dum novo País? Algo de novo se irá realmente passar no sentido da construção de um homem novo e duma sociedade nova onde a libertação total seja vivida, ao plano individual e colectivo, num socialismo sentido de qualquer forma de repressão? É evidentemente muito cedo para responder a estas perguntas. Mas que a resposta a elas possa depender da expressão da livre vontade do povo português é, imediatamente, um passo importante. Minimiza-lo ou reduzi-lo, por preconceito ideológico ou dogmatismo cerrado, é recusar uma parte importante da realidade portuguesa actual, a partir da qual — e só a partir da qual — as análises devem ser tentadas.

E antes deles há actos e há apostas. E se há Acto que os mereça, o Movimento das Forças Armadas acima de tudo o é.